

ANUÁRIO 2014



www.undime-sp.org.br

União Nacional dos Dirigentes
Municipais de Educação

Por dentro da
Undime-SP

Passo a passo do
Plano Municipal

Arranjos: a
colaboração para o
sucesso

Como ter uma
escola infantil de
qualidade

Estratégias para a
alfabetização de
adultos

Os fantasmas da
tecnologia

Inspiração: os bons
exemplos

Os desafios da educação

CONECTANDO PESSOAS E IDEIAS EM TODO O MUNDO

Há 80 anos, o British Council promove os melhores caminhos para o aprendizado da língua inglesa e para novas oportunidades educacionais baseadas na experiência de sucesso do Reino Unido e de sua rede global.

Ensino da língua inglesa

O British Council desenvolve soluções customizadas para o aprimoramento do ensino da língua inglesa em mais de 60 países. Conheça alguns desses programas:

- Treinamento, desenvolvimento profissional e certificação de professores de inglês
- Programas de aprimoramento e prática do idioma inglês para professores
- Avaliação e implementação de programas de controle da qualidade do ensino da língua inglesa
- Desenvolvimento de currículos e materiais de aprendizado em inglês
- Testes de avaliação para estabelecer níveis de competência em inglês
- Programas de mobilidade acadêmica para professores de inglês

Liderança Escolar

Voltado para dirigentes, coordenadores, superintendentes, diretores e gestores da área de educação, o curso de Liderança Escolar auxilia educadores a desenvolver habilidades de liderança e ensina a formar equipes colaborativas, lidar com resistências e a pensar em ações que favoreçam o ensino e a aprendizagem, entre tantos outros tópicos essenciais relacionados à gestão educacional.



Para saber mais sobre esses e outros programas, envie um email para centro.info@britishcouncil.org.br



Amigas e amigos Dirigentes Municipais de Educação

É com muita satisfação que elaboramos o presente Anuário, no qual deixaremos marcado um pouco da história da nossa entidade. Quero agradecer a todos pelo apoio recebido, foi muito importante. Isto possibilitou que a nossa instituição se destacasse nos principais Fóruns de debates sobre a educação em nosso país.

Apesar dos avanços que a educação brasileira conquistou, ainda temos um grande desafio: fazer que os entes federativos (União, Estados e Municípios) trabalhem articuladamente em benefício do país. O direito ao ensino público de qualidade precisa, definitivamente, ser respeitado e atendido para que os municípios possam cumprir a sua missão educacional sem ficar com ônus financeiros ou moral, como vem ocorrendo.

A universalização da educação não pode ficar só no papel. Precisa extrapolar as unidades escolares e participar do contexto social dentro da nova realidade brasileira. Não podemos esquecer que há séculos a luta pelo direito de aprender, de frequentar a escola, percorre todos os países do mundo, porque todos sabem o valor que a educação tem. Uma educação voltada a todos, sem discriminação de gênero, raça ou condição social. Uma educação que inclua e ensine a não excluir, premissas de uma sociedade mais justa.

Portanto, tornam-se urgentes e imprescindíveis à revisão e elaboração de leis que regulamentem com clareza o regime de colaboração, que hoje mais parece de fragmentação em que cada ente federativo cuida do seu pedaço da educação.

O Brasil não pode mais passar por retrocessos educacionais, como foi o caso da CONAE, que frustrou toda a sociedade brasileira, e o adiamento constante da votação definitiva do PNE, que todos presenciaram. Precisamos acompanhar de perto a tramitação da Lei de Responsabilidade Educacional, no Congresso Nacional, e a reflexão acerca da judicialização de vagas em creches, entre outros entraves. São motivos fortes para mantermos nossa união e, juntos, realizarmos ações que contribuam para o melhor desenvolvimento da educação brasileira.

Nossa união sempre será prioridade, pois como educadores sabemos que estamos sempre disponíveis quando o assunto é a busca constante de uma Educação de Qualidade, que é o grande alicerce para o desenvolvimento de um país.

Se nós, Dirigentes Municipais de Educação, mantivermos firme esse propósito, poderemos realizar o grande sonho de transformar a sociedade brasileira, através da educação. Nossa luta é contínua. Precisamos estar "atentos e fortes", e estabelecermos políticas educacionais que gerem o futuro da humanidade que todos nós ansiamos.

Sem isso, seremos vozes ao vento. Brisa que não sustenta o fogo do saber. Agindo juntos, articulando e trocando experiências, continuaremos a construção de escolas cidadãs e democráticas em nossos municípios, que respeitem a vida e valorizem as diversidades sociais.

Priscilla Maria Bonini Ribeiro

Presidente da Undime-SP e da Undime Sudeste
Conselheira Estadual de Educação de São Paulo
Dirigente Municipal de Educação de Guarujá

Anuário Undime-SP
Maio/2014



PRESIDENTE

Priscilla Maria Bonini Ribeiro – Guarujá

VICE-PRESIDENTE

Fábio Oliveira Inácio – Cubatão

VICE-PRESIDENTES REGIONAIS Grande São Paulo

Moacir Nillio de Souza – Guarulhos

Interior

Marcos Roberto Leite da Silva – Tupã

SECRETARIAS

Secretaria de Coordenação Técnica:

Alessandra Lucchessi de Oliveira – Botucatu

Secretaria de Articulação:

Helena Maria Pello de Lima – Rubineia

Secretaria de Finanças:

Marialba da Glória Garcia Carneiro – Pereira Barreto

Secretaria de Assuntos Jurídicos:

Luciano Correa dos Santos – Americana

Secretaria de Comunicação:

Luciene Garcia F. Silva – Taramã

VOGAIS

Ângela Regina Couto - São Sebastião

Rosângela Ceron do Valle P. Polidoro – Tabapuã

Rita de Cássia Trasferetti – Indaiatuba

Rosa Laura Garcia Calacina – Dois Córregos

José Francisco Bustamante Romaim – Potim

CONSELHO FISCAL

Maria das Graças Marins Daemon – Taquarituba

José Henrique Rossi – Junqueirópolis

Edimar Batista de Oliveira – Teodoro Sampaio

SUPLENTES

Dirce Cléa Malheiros – Espírito Santo do Pinhal

Rute Maria Pozzi Casati – Descalvado

Valdir de Carli – Iacanga

CONSELHO NACIONAL DE REPRESENTANTES

PRESIDENTE: Priscilla Maria Bonini Ribeiro – Guarujá

CONSELHEIROS

Heloisa Maria Cunha do Carmo – Rio Claro

Ademar Zambrini – Rancheira

Aparecido Donizete Alves Cipriano – Barretos

SUPLENTES

João Roberto Costa de Souza – Jacaré

João Medeiros de Sá Filho – Taboão da Serra

Vânia Aparecida Paschoa Prado – Itapeva

Fale com a Undime-SP

Telefones: (11) 3120-3374, (11) 3257-2794,

(11) 94204-8787 (Vivo), (11) 97626-7065 (Claro)

E-mail

undimesp@gmail.com

No Facebook

<https://www.facebook.com/undime.sp.dme>

Assessora Presidente:

Ivelise Viudes – (13) 99770-8787

Assessoria Jurídica:

Dr. Fabiano Lopes – (13) 98170-6300

Assessoria Comunicação:

Maura Pescador – (13) 98131-9510



segmento

Diretor de projetos especiais: Gustavo Aranha

Diretor editorial: Rubem Barros

Editora: Claudia Maximino

Editor de arte: Renato Yakabe

Colaboradores: Antonio Carlos Santomauro, Daniel dos

Santos, Luciana Alvarez, Patrícia Sperandio (texto),

Maria Stella Valli (revisão)

Fotografia: Gustavo Morita

Processamento de imagem: Paulo Cesar Salgado

Produção gráfica: Sidney Luiz dos Santos

PCP: Isabela Elias

PUBLICIDADE

Gerente: Daisy Fernandes

daisy@editorasegmento.com.br

Executivos de negócios: Marcia Augusta de Paula e

Margarete Rios da Silva



- 6 ENTREVISTA: Priscilla Maria Bonini Ribeiro
- 10 Undime em foco
- 14 Por dentro da Undime
- 18 O que o gestor deve saber
- 24 Planos Municipais de Educação
- 30 Arranjos Municipais
- 36 Educação infantil
- 42 Educação de jovens e adultos
- 48 Os professores e a tecnologia

Boas práticas

- São Carlos 52
- Guarujá 54
- Birigui 56
- Torrinha 58
- Votuporanga 60
- Forpedi 62
- Descalvado 63

- 64 Comissões Undime-SP
- 66 Frases – 6º Seminário Líderes em Gestão Educacional

FOTO DE CAPA: Rob Lewine/Folhapress

O apoio aos dirigentes é o foco da Undime-SP

A presidente da Undime-SP, Priscilla Maria Bonini Ribeiro, fala dos desafios e das conquistas de sua gestão frente à entidade

Segundo Priscilla, os temas da Undime-SP são pautados pelos dirigentes



A Undime tem a missão de defender a educação pública, visando o oferecimento de uma educação com qualidade social. Quais os demais objetivos?

A Undime-SP representa os Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo e atua junto aos entes federados, levando sugestões, apresentando novos caminhos, à busca da melhoria do ensino público no Brasil. Nos seus 27 anos de existência vem participando ativamente das discussões sobre os entraves que permeiam a educação pública brasileira. Nosso foco é contribuir para que a gestão da educação municipal seja plena e esclarecedora das dúvidas que sempre ocorrem, principalmente no primeiro ano de mandato. Vale lembrar que em 2013, com a posse de novos dirigentes municipais, a atuação da Undime-SP se revestiu de fundamental importância, no sentido de orientar e prestar apoio aos novos dirigentes.

Sabemos que a Undime-SP se destaca pelo grande trabalho de apoio e capacitações para o fortalecimento das ações desenvolvidas pelos municípios. Fale a respeito.

Queremos destacar que exercemos um trabalho

árduo durante o ano que findou, sempre pautando temas, em geral, escolhidos pelos próprios dirigentes, ou por nossa equipe, que avalia os principais entraves educacionais que dizem respeito ao dia a dia das secretarias de Educação. Contamos com a colaboração de diversas entidades públicas e privadas, notadamente com o Ministério da Educação e a Secretaria de Estado da Educação, que conosco realizam um trabalho integrado, norteando nossos associados a desempenharem melhor suas funções.

A preocupação é maior ainda quando se trata de novos dirigentes municipais, como dissemos, pois precisam entender como funciona o setor educacional, os prazos que se têm de cumprir e, assim, evitar a perda de recursos importantes para a evolução e a melhoria da qualidade da educação no município. Em consequência desse trabalho, ampliamos em 69% o número de associados de nossa entidade e obtivemos mais de 72% de frequência de nossos associados nas capacitações, nas reuniões e nos eventos realizados pela Undime-SP.

No ano de 2013, quais foram as principais ações da Undime-SP?

No âmbito federal,

conquistamos evolução significativa dos municípios paulistas na elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). Estivemos presentes em diversas audiências no Ministério da Educação, para levar propostas de alterações na Lei do Fundeb, principalmente no que se refere ao aumento do repasse *per capita*, entre outras demandas.

Encaminhamos documento à Secretária de Educação Básica do MEC, com várias observações no que se refere às creches, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei de Licitações, ao aumento por aluno nos repasses federais e demais medidas para que a legislação seja aperfeiçoada.

A Undime-SP vem lutando também para aumentar o repasse feito pelo governo do Estado de São Paulo à merenda escolar da rede estadual. Junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, discutimos acerca da obrigatoriedade de cumprimento da Lei 8.666 e do aproveitamento da Ata de Registro de Preço Federal pelos municípios, focando o princípio da economicidade.

Com um conjunto de articulações, foi viabilizada a alteração da Lei Federal e os municípios paulistas obtiveram a permissão para aderir à Ata de Registro de Preços, melhorando a relação

com os órgãos fiscalizadores. Hoje os municípios estão mais preparados para suas respectivas prestações de contas, evitando desdobramentos negativos para a administração municipal.

Quanto à educação infantil, constatamos o aumento do número de alunos, tornando-se necessária a ampliação do atendimento à população. É uma questão que vai além dos repasses de recursos federais ou estaduais no que se refere à construção e à infraestrutura. É preciso considerar que a manutenção e a folha de pagamento ficarão por conta dos municípios, o que poderá gerar, em alguns casos, aumento de déficit financeiro e operacional. Nesse aspecto, foi criado um grupo de estudos composto por dirigentes, visando encontrar caminhos e criar soluções para cumprimento das metas dos municípios, em consonância com o previsto no Plano Nacional da Educação.

Segundo a Constituição Federal, a educação é um dever do Estado e da família. Como a Undime-SP trabalha essa questão com os seus associados?

Estimulamos sempre os nossos associados a administrarem a educação em conjunto com a



A presidente reforça a importância da participação da sociedade na educação

BEATRIZ DE ROGATIS

público. Quais são os desafios para tal?

Os desafios são muitos e há diversos caminhos que podem ser seguidos. Partindo do princípio que a educação é um dever de todos, Estado e sociedade, como dissemos, a participação social no processo educacional merece destaque. A educação também precisa da valorização de todos os profissionais da área, tanto na remuneração quanto na formação continuada.

Outro aspecto importante é a inclusão das novas tecnologias como instrumentos pedagógicos que venham ampliar a qualidade do ensino. Um exemplo é a introdução de lousas multimídias e demais equipamentos avançados, que promovem a interação do universo escolar com o mundo.

Mas a educação de qualidade não está limitada ao interior dos muros escolares. Todo o processo educacional brasileiro precisa de aperfeiçoamentos e inovações para que as metas propostas pelo PNE sejam alcançadas.

A questão do regime de colaboração entre os entes federados, por exemplo, precisa ser pensada de modo a compartilhar interesses e responsabilidades mais equitativamente. Não se pode deixar a carga maior para os municípios se não houver a contrapartida necessária para isso. Tanto a União quanto

os estados precisam ampliar suas abrangências no que se refere à disponibilização dos recursos.

Por fim, é preciso estimular os jovens de hoje a serem os mestres de amanhã. O estímulo à profissão de educador também fará a diferença daqui para a frente.

Quais as ações da Undime-SP previstas para 2014?

Preparamos um rico calendário com a previsão de capacitações e seminários que acontecerão em todas as regiões do Estado de São Paulo, abrangendo os 49 polos e possibilitando o atendimento de todos os municípios. Serão realizados oito seminários regionais para os dirigentes municipais, e 20 capacitações gratuitas, para atender a todos os polos, voltadas para os dirigentes e suas equipes das secretarias de Educação. Os temas foram escolhidos pelos dirigentes durante o Fórum Estadual da Educação, realizado em Atibaia, São Paulo, no início deste ano.

Com isso esperamos poder dar continuidade ao trabalho que desenvolvemos em 2013, contribuindo para melhorar a gestão dos dirigentes e, conseqüentemente, para que a educação pública atenda às expectativas da população dos municípios, mas, prioritariamente, focando nos alunos, que são a razão de todos os esforços da Undime-SP.

sociedade. Entendemos que todos têm o dever de se preocupar com a melhoria do ensino público no Brasil. E essa melhoria não depende apenas da capacitação e valorização dos profissionais de educação, de repasses mais justos, de ações equitativas dos três entes federados (União, estados e municípios) etc. Depende da participação social. Entendemos ser de fundamental importância que os pais, a família em si, participem da vida escolar de nossas crianças.

Não só pelo fato da Constituição, mas pela necessidade que as crianças têm da participação familiar na vida escolar. Quando a sociedade e a escola se

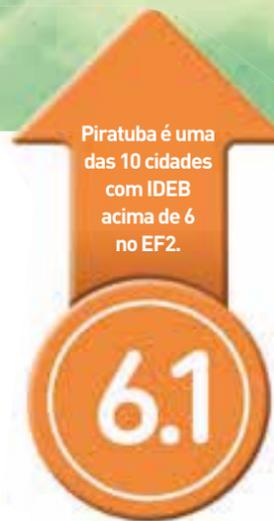
unem, o processo de ensino-aprendizagem evolui muito, e não é só isso, a própria socialização do aluno torna-se mais efetiva e o respeito mútuo impera.

O Estado tem o dever de proporcionar os meios, as condições ideais para que a educação seja ofertada a todos por direito constitucional. Entretanto, cabem aos pais e responsáveis a matrícula, o acompanhamento e o incentivo para que as crianças entendam a importância da escola e de todos os profissionais de educação que lidam com elas.

A Undime-SP prima pela melhoria da qualidade do ensino



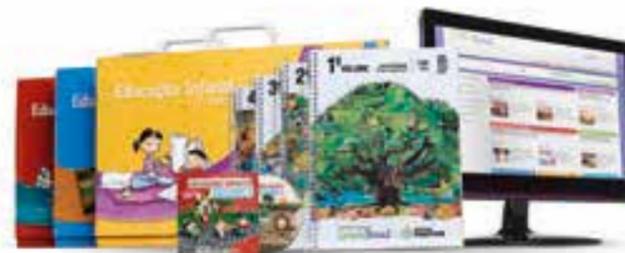
28 MUNICÍPIOS CONVENIADOS JÁ ATINGIRAM A META IDEB PARA 2021. E A SUA CIDADE?



Aprende Brasil. Uma parceria que dá resultado.

Os municípios que utilizam o Aprende Brasil já sentiram a diferença nos índices educacionais. Com o auxílio de um conjunto completo de soluções educacionais, diversas cidades já começaram a ver os resultados. Afinal, quando a educação melhora, a economia, a saúde, a segurança e a qualidade de vida também melhoram.

- Conheça os benefícios que o Aprende Brasil oferece:
- Livro Didático Integrado
 - Portal Aprende Brasil
 - Assessoria Pedagógica
 - Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil (SIMEB)
 - hábile – Sistema de Avaliação Positivo



Seja um parceiro do Aprende Brasil. Ligue 0800 724 15 16 ou acesse editorapositivo.com.br/aprendebrasil

Entre em contato conosco e conheça também nossa solução para educação em tempo integral.

SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO DISCUTE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

A organização da gestão na área da educação, o transporte escolar, a prestação de contas, a valorização dos profissionais da educação, os financiamentos e as avaliações externas foram alguns dos temas do Seminário de Formação de Gestores da Educação Municipal.

O evento, realizado em julho de 2013 na sede da Undime-SP, reuniu DMEs e outros profissionais que atuam junto às secretarias municipais. Os palestrantes foram: Carlos Eduardo Sanches, ex-presidente da

Undime nacional e que já foi DME de Castro (PR), Maria Cecília da Mota, ex-DME de Campo Grande (MS) e, na ocasião, assessora do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, e os professores Luciano Roberto Rocha e Jean Sampaio.

Para a secretária de Educação de Tabapuã, Rosângela Ceron do Valle Pereira, foi muito interessante participar: “o seminário foi excelente, porque tratou de temas importantes do dia a dia de uma secretaria de educação”.



Carlos Eduardo Sanches, ex-presidente da Undime nacional

CURSO SOBRE O IDEB MOSTRA A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A Undime-SP realizou em agosto um curso sobre o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), na sede da instituição. A capacitação abordou, entre outros assuntos, de que maneira o índice é calculado, como os resultados podem ser trabalhados, a Prova Brasil e a importância do processo de avaliação. O tema da formação foi escolhido com base nos pedidos dos DMEs. Criado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2007, o IDEB sintetiza dois conceitos importantes para a educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O índice estabelece metas a serem alcançadas pelas escolas a fim de elevar o patamar educacional do país.

A UNDIME-SP ESTÁ DE VOLTA AO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO



Reafirmando a sua representatividade, a Undime-SP reassumiu em agosto de 2013 uma cadeira junto ao Conselho Estadual de Educação. A Presidente Priscilla Maria Bonini Ribeiro (foto) foi nomeada em julho pelo Governador do Estado, Geraldo Alckmin.

Com isso, a Undime-SP reforça o seu compromisso de ser um órgão engajado à busca da melhoria da educação, atuando em conjunto com as esferas governamentais e com toda a sociedade.

OFICINA DE GESTÃO ESCOLAR REFORÇA A NECESSIDADE DE PROJETOS CLAROS

No final de outubro do ano passado, a Undime-SP, em parceria com a Estudo Estratégia e Informação, realizou a oficina Gestão Democrática Escolar e o Projeto Político Pedagógico (PPP). O curso, que buscou ajudar os DMEs na busca permanente do aprimoramento do trabalho pedagógico, apresentou os seguintes temas: PPP – questões conceituais e legais; questões administrativas; questões pedagógicas; e exemplos dos elementos formais do PPP. “É preciso urgentemente a construção de projetos claros nas redes de ensino e escolas, que evidenciem o tipo de ser humano, de sociedade e de escola que pretendem ter”, afirmou o pedagogo Edmilson Leonardão, doutor em educação e professor da Universidade de Londrina na área de Política e Gestão Escolar, que ministrou a oficina. “A oficina mostrou bem o quanto a prática é diferente da teoria”, disse a Secretária de Educação de Capão Bonito, Cláudia Miyamoto. “E é a prática que nos ajuda a tomar as decisões a serem realizadas no município.”



A oficina procurou ajudar os DMEs na busca permanente do aprimoramento do trabalho pedagógico

UNDIME-SP DISCUTE A EXPANSÃO DE VAGAS PARA CRECHES

Também em outubro de 2013, a presidente da Undime-SP, Priscilla Bonini Ribeiro, junto com representantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e cerca de 50 Prefeitos e Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo, estiveram no Ministério da Educação para tratar da grande polêmica referente à expansão das vagas para creches.

No encontro, a vice-presidente da FNP, Maria Antonieta de Brito, atual Prefeita do Município de Guarujá, explicou os maiores problemas que os municípios enfrentam, entre eles, a falta de terrenos para a construção de novas creches. Ela ressaltou que há necessidade de cooperação entre Prefeituras, Defensoria Pública, Ministério Público e Governos Estadual e Federal, além das demais instituições da sociedade brasileira.

“Um dos grandes desafios da educação básica brasileira é a expansão das vagas em creches. Os municípios estão sendo responsabilizados por uma questão que

não está no controle apenas dos municípios. Vale lembrar que existem três entraves nessa questão: a falta de orçamento, a falta de terrenos que atendam às exigências dos programas de fomento e a não possibilidade de contratar profissionais, prevista na Lei Complementar no 101”, destacou Priscilla Bonini Ribeiro.

No mesmo mês, a presidente da Undime-SP participou do Seminário Primeira Infância: direito à creche, desafios à ampliação do acesso com equidade e qualidade, em São Paulo. “É importante dialogar com as entidades públicas. Fomos a Brasília e sentimos a preocupação dos dirigentes paulistas que, através da Undime-SP, consolidam seus anseios à busca de uma solução viável a todos. É preciso conscientizar a comunidade de que a falta de vagas não é responsabilidade nem má gestão do município. Hoje o próprio sistema brasileiro de educação é o maior responsável por tal situação”, explicou Priscilla.



GUSTAVO MORTA

UNDIME-SP TEM NOVO VICE-PRESIDENTE

Em fevereiro de 2014, a Undime-SP elegeu seu novo vice-presidente, Fábio Oliveira Inácio, que é DME de Cubatão e vice-presidente do Polo de Santos. Fábio se declarou muito feliz pela escolha: “espero contribuir para fortalecer ainda mais a Undime-SP e conquistar a adesão de novos municípios”. Outros dois DMEs também se candidataram ao cargo: Aparecido Donizete Alves Cipriano, DME de Barretos, e Vânia Aparecida Páscoa Prado, DME de Itapeva, que abriram mão da candidatura para apoiar Fábio, eleito por unanimidade.

A presidente Priscilla Bonini Ribeiro ressaltou que a atitude de Cipriano e Vânia mostra o espírito de união da entidade: “estamos unidos e a Undime-SP precisa trabalhar em equipe. Não importa quem ocupa o cargo, importa é que os interesses da instituição sejam preservados. O objetivo da Undime-SP é manter os DMEs unidos para juntos continuarmos a marcar nossa presença em todas as esferas de governo, lutando sempre pela melhoria da educação em nosso país. O Fábio vem realizando um excelente trabalho em Cubatão e na Undime-SP está sempre pronto a contribuir com nossas ações”.



ARQUIVO PESSOAL

CONVÊNIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ÂMBITO ESTADUAL



A presidente Priscilla Ribeiro ressaltou que devemos continuar acreditando numa educação de qualidade

Em março de 2014, a Undime-SP marcou presença no 58º Congresso Estadual de Municípios, realizado pela Associação Paulista de Municípios (APM). Durante o evento, aconteceu o Painele da Educação com a realização de Plenária para debate sobre os repasses dos Convênios de Transporte e de Alimentação Escolar.

Na ocasião, a presidente Priscilla Bonini Ribeiro formalizou a entrega dos estudos realizados pela Comissão

PAUTAS DA UNDIME PARA 2014

Durante a reunião ordinária da Undime-SP que aconteceu no dia 4 de dezembro de 2013, os presentes determinaram os temas a serem desenvolvidos nas próximas reuniões ordinárias, nas capacitações e, ainda, a elaboração de pesquisas a serem encaminhadas pela entidade aos seus associados.

Temas para Reuniões Ordinárias:

- Tribunal de Contas.
- Financiamento do Estado para construções de unidades escolares (SEE).
- Rediscutir as formas de manutenção e divisão de responsabilidades.
- Transporte e Merenda com a participação da SEE e as questões referentes ao Centro Paula Souza (ETECs).
- Discutir, a partir de pesquisas, as formas de colaboração com diversos subtemas.
- Reunião de Polo com os Prefeitos (Undime nos Polos).
- Criação de uma Comissão Undime-SP para estudar as questões jurídicas relativas à Jornada.
- Reunião com o Ministério Público.
- Plano Nacional de Educação (Estadual e Municipal).

Temas para Capacitação:

- Conviva.
- Continuidade Pradime.
- Plano de carreira.
- Gestão escolar em todas as dimensões.
- Transporte escolar: convênios e prestação de contas.
- Plano Nacional de Educação (Estadual e Municipal).

Levantamento de Dados para Pesquisa:

- Quantidade de crianças atendidas de 0 a 3 e de 4 a 5 anos.
- 3/4 da Jornada.

Administrativa da Undime-SP referente aos Convênios, para análise do Secretário Estadual de Educação, Herman Voorwald, também presente ao evento.

Nos estudos iniciados pelo Polo Sorocaba/Itapetininga, sob a coordenação da DME de Itu, Marilda Cortijo, a Undime-SP pontuou as dificuldades que os municípios paulistas enfrentam, com o déficit que onera as verbas educacionais, em razão de o repasse para transporte e alimentação escolar ser insuficiente. Desta forma, nossa entidade solicitou às autoridades competentes que revejam o valor repassado, além de outras particularidades para que a responsabilidade dos entes federados seja mais equitativa.

UMA OPORTUNIDADE DE DIVIDIR EXPERIÊNCIAS E CRIAR PROJETOS

O 24º Fórum Estadual Undime-SP ocorreu em março de 2014, na cidade de Atibaia, durante o 6º Seminário Líderes em Gestão Escolar, realizado em parceria com a Fundação Lemann. Foi recorde de participação, com o comparecimento de 480 pessoas, representando 351 municípios associados.

Os temas escolhidos para o Fórum foram Conae e PNE. O encontro também serviu para a prestação de contas e apresentação das comissões formadas pela instituição, que são incumbidas de analisar os temas mais relevantes da educação brasileira. Além disso, foi o momento de apresentar as ações realizadas pela Undime-SP em 2013 e divulgar as metas de 2014.

CONVÊNIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ÂMBITO FEDERAL

Durante o 6º Seminário Líderes em Gestão Escolar, aconteceu um importante debate entre os representantes dos Governos Federal e Estadual. Os grandes desafios da educação brasileira foram discutidos pelo Presidente do FNDE, Romeu Caputo, e pelo Secretário Estadual de Educação, Herman Voorwald. O debate foi mediado pela presidente da Undime-SP, Priscilla Bonini Ribeiro.

Na ocasião, a presidente Priscilla Bonini Ribeiro entregou para Romeu Caputo (foto) a proposta de alteração dos Convênios de Transporte e Alimentação Escolar realizados com o Governo Federal, com as solicitações dos DMEs paulistas referentes aos valores repassados e também a inclusão do transporte escolar urbano nos programas federais.

Essa proposta faz parte dos estudos realizados pela Undime-SP e, assim como a proposta entregue ao Secretário Estadual de Educação, em Serra Negra, terá a Comissão

Já a presidente da entidade, Priscilla Ribeiro, lembrou que o adiamento do Conae foi frustrante, mas que “essa frustração não pode tirar o brilho da nossa crença em realizar uma educação de qualidade em nossos municípios”.

Para debater o tema, a Undime-SP convidou a Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), professora Helena de Freitas, que ressaltou a importância de trazer diferentes segmentos da sociedade para discutir o Plano Nacional de Educação. “É preciso mobilizar a sociedade e não deixar que a mudança de governo altere o que será proposto no PNE”, afirmou Helena.

Cabe ressaltar que os encontros realizados pela Undime-SP, além de trazer informações para os DMEs, são também momentos onde as trocas de experiências são realizadas, o que contribui para a melhoria da gestão educacional em todos os municípios.



BEATRIZ DE ROGATIS



MAURA PESCADOR

FAÇA UM EVENTO NA SUA REGIÃO

Os Dirigentes que desejam realizar capacitações em sua cidade podem entrar em contato com a Undime-SP. Nossa instituição oferece formações, oficinas e seminários, abordando os temas mais importantes para a Gestão Escolar, tanto para os

DMEs como para suas equipes das secretarias de educação.

Fale conosco:

Telefone: (11) 3257-2794

e-mail: undimesp@gmail.com



FOTOS GUSTAVO MORITA

A entidade trabalha pela defesa dos interesses da educação municipal e luta por um ensino público de qualidade

Por dentro da Undime-SP

Conheça a estrutura e os benefícios de fazer parte da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo

DANIEL DOS SANTOS

A Undime é uma associação civil sem fins lucrativos que nasceu em outubro de 1986 no Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, realizado no Distrito Federal. Na oportunidade foi elaborada a Carta de Brasília – uma defesa consistente da educação e do fortalecimento dos municípios. Pouco tempo depois, em junho de 1987, foi realizada uma assembleia

geral em São Paulo que instituiu a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo (Undime-SP) e elegeu os associados fundadores para o Conselho de Representantes. Nascia assim uma instituição que tinha um grande objetivo: a defesa dos interesses da educação municipal e a luta por um ensino público de qualidade, como um direito de todos os brasileiros. Nos estados, os

dirigentes se organizaram em seccionais da Undime, que podem ser divididas nas chamadas microrregionais, com o objetivo de intensificar a comunicação e acelerar os processos de mobilização.

O foco principal da instituição está na orientação aos dirigentes municipais, no que concerne à gestão administrativa e pedagógica da educação da rede municipal de ensino público. A entidade é um órgão de articulação, mobilização e integração dos dirigentes municipais, que tem como objetivo construir e defender a educação. A Undime-SP atua como a voz dos dirigentes municipais paulistas, representando-os nas decisões políticas educacionais e em sua formação, na esfera do Poder Executivo e do Poder Legislativo, na sociedade civil e nas organizações não governamentais de nosso país.

Entre suas atividades estão a promoção e organização de capacitações para os dirigentes e suas equipes, reuniões, seminários e fóruns, voltados à educação pública municipal, além de promover uma relação direta com os demais entes federados – União e Estado – por meio de representantes e comissões. Dessa maneira, contribui para o diálogo democrático e na busca da melhoria da educação em nosso Estado. É assim que

O foco principal da Undime é a orientação aos dirigentes municipais tanto na gestão administrativa quanto pedagógica

A Undime-SP contribui para o diálogo democrático e a busca da melhoria das condições da educação no Estado





A instituição está presente em quase 50 polos de atuação em São Paulo

a Undime-SP legitima a representação dos municípios paulistas nos processos de discussão dos principais entraves da educação do país, que afeta, diretamente, a todos os municípios.

Segundo a Undime Nacional, entre os desafios que precisam ser enfrentados pela entidade e suas seccionais, o que significa contar com o empenho dos dirigentes municipais, estão promover a filiação dos DMEs ao seu quadro de membros efetivos, garantindo assim sua autonomia institucional; mobilizar os DMEs para participar dos fóruns estaduais promovidos pelas seccionais e do Fórum Nacional da Undime; fortalecer os aspectos técnicos e administrativos da Undime e de suas seccionais, com o objetivo de melhorar ainda mais sua capacidade institucional de resposta às demandas; garantir que não haja descontinuidade das ações e da gestão da entidade nos momentos de transição das diretorias nacional e estaduais; garantir a representação institucional das seccionais da Undime nos Conselhos Estaduais de Educação, nos Conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e nos demais órgãos colegiados voltados para a definição das políticas públicas educacionais; e contribuir com a organização e planejamento necessários ao desenvolvimento das redes e sistemas municipais de ensino.

POLOS

A Undime-SP possui 49 polos, cada qual compreendendo os municípios das diversas regiões do Estado de São Paulo, com a seguinte denominação: Adamantina, Araçatuba, Araraquara, Assis, Avaré, Barretos, Bauru, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas (dois polos), Caraguatatuba, Catanduva, Cruzeiro, Dracena, Fernandópolis, Franca, Grande São Paulo ABCD, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Norte e



PARCEIROS:
Multimídia Educação - <http://www.multimidiaeducacional.com.br>
Planeta Educação - <http://www.planetaeducacao.com.br>
Desk - <http://www.deskmovels.com.br>
Editora Segmento - <http://www.editorasegmento.com.br>
Editora Esfera - <http://www.editoraesfera.com.br>
Microsoft - <http://www.microsoft.com.br>
Futuro Eventos - <http://www.futuroeventos.com.br>
Fundação Lemann - www.fundacaolemann.org.br

Os dirigentes podem contar com o apoio da Undime para a gestão administrativa e pedagógica das escolas

Grande São Paulo Oeste, Guaratinguetá, Itapeva, Itapira, Jales, Jaú, Jundiá, Limeira, Lins, Marília, Ourinhos, Pereira Barreto, Piracicaba, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santos, São Carlos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba, Taubaté e Votuporanga.

Entre as vantagens de ser um associado da Undime-SP vale destacar:

- Assessoria jurídica para elaboração de projetos, licitações, adesão a

programas, projetos e convênios federal e estadual.

- Assessoria de informação, com o repasse de comunicados oficiais e prazos a serem cumpridos nos programas educacionais federais e estaduais.

- Assessoria e suporte técnico pedagógico em questões relacionadas à gestão da educação municipal.

- Assessoria técnico-educacional na execução de programas e projetos estaduais e nacionais.

- Acesso ao portal Undime-SP, no qual se encontram as principais notícias referentes à educação, ações e eventos

da entidade, entre outras informações.

- Capacitações com técnicos dos órgãos do Governo Federal e Estadual.
- Gratuidade e/ou descontos especiais nas inscrições dos eventos realizados pela Undime-SP.

FAÇA PARTE DA UNDIME-SP

Para ser um associado da entidade, basta entrar em contato por telefone (11-3257-2794), e-mail (undimesp@gmail.com), ou ainda no seguinte endereço: União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo - Rua Barão de Itapetininga, 46, conj. 1311. CEP 01042-001 - São Paulo/SP.

O que o gestor precisa saber



O DME deve elaborar e implementar políticas educativas que garantam o desenvolvimento dos alunos

FOTOS GUSTAVO MORITA

Confira as sugestões da Undime-SP para garantir ao dirigente municipal de educação um bom planejamento e a execução de políticas voltadas para um ensino público de qualidade

DANIEL DOS SANTOS

O desafio de quem trabalha como Dirigente Municipal de Educação não é pequeno. Como ressalta o documento Orientações ao Dirigente Municipal de Educação – Fundamentos, Políticas e Práticas (ver quadro na página 20), elaborado pela Undime, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Ministério da Educação (MEC), o DME tem por missão “elaborar, implementar e gerir políticas públicas educativas que garantam o desenvolvimento físico, social, econômico, político e cultural de crianças, adolescentes, jovens e adultos”. Para isso, ele precisa ter, além das

competências técnicas, clareza sobre suas responsabilidades administrativas, políticas e sociais com a causa que abraça. É necessário adotar como prioridade da gestão a garantia do direito da população matriculada a ter acesso e permanência na escola e aprendizagem com qualidade social. E precisa ir além: encarar o desafio de levar para a escola quem está fora dela.

Depois de assumir como ponto de partida o conhecimento das normas (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases, Estatuto da Criança e do Adolescente e acordos internacionais), as políticas, os programas e os

projetos educativos públicos nas esferas municipal, estadual e federal, o dirigente deve focar suas ações na busca permanente da redução das desigualdades sociais e no alcance da equidade. Segundo a Agenda dos Cem Primeiros Dias (ver quadro na página 20), também desenvolvida em parceria pela Undime, Unicef e MEC, conhecer a história do povo e do lugar em que o DME vai trabalhar é fundamental. É preciso saber como aquela sociedade se formou e como se multiplicou ao longo dos anos, quais as estruturas políticas que estiveram à frente do governo e os traços da cultura local. Eles são elementos analíticos fundamentais para que o dirigente se oriente e organize sua proposta didática. Para obter as informações socioeconômicas e educacionais atuais dos municípios, vale visitar sites (ver quadro na página 20).

PLANEJAMENTO

Desempenhar com eficiência as políticas que estão sob sua responsabilidade é algo que exige do DME um conhecimento contínuo da realidade. Afinal, o dirigente trabalha com prazos curtos e recursos limitados. E isso só é possível com muito planejamento. O primeiro passo é conhecer a situação em que se encontra sua rede ou seu sistema de ensino. Segundo o caderno Orientações ao Dirigente Municipal de Educação, uma forma de alcançar esse objetivo é a realização de um diagnóstico rápido, que pode ser desenvolvido pela própria equipe da Secretaria a partir de sondagens, entrevistas e análise documental.

Mas isso não é tudo. Como esse diagnóstico não será capaz de identificar os meios e os critérios que a Secretaria tem empregado para o encaminhamento das suas demandas, se faz necessário conhecer o fluxo histórico e informal da Secretaria – dado essencial para o fortalecimento e a manutenção dos trabalhos, ou para a modificação de procedimentos, caso seja necessário. As-

Desempenhar com eficiência as políticas públicas exige do dirigente um bom conhecimento da realidade



sim é possível manter as boas práticas já instaladas ou mesmo facilitar o processo de mudança. Vale lembrar que essa conduta reduzirá o surgimento de possíveis focos de resistência à execução do planejamento.

“Uma atitude importante do planejamento é o profundo mergulho na estrutura informal da Secretaria e na realidade educacional do município. Dessa forma, pode-se conhecer melhor as demandas que chegam”, ressalta o documento de orientação da Undime. Mas não é qualquer tipo de planejamento que ajudará na busca de soluções. O tradicional, do cálculo racional e imediato, que diagnostica a educação pública exclusivamente como gastos do governo, não como um investimento necessário para melhorar o presente e o futuro, não atende às necessidades do país. É preciso considerar as forças sociais e suas relações de produção e ter um planejamento construído de forma democrática.

O dirigente que acaba de tomar posse precisa, em primeiro lugar, ter um ca-



O gestor tem de considerar as forças sociais e suas relações de produção e ter um planejamento

- Verificar a situação do livro didático, da alimentação na escola e as condições do transporte escolar.

DE OLHO NAS FINANÇAS

Com um diagnóstico da situação inicial, o dirigente deve se empenhar para superar essas barreiras no menor prazo possível. Ele precisa ser rigoroso em relação ao que determina a Lei nº 9.394/96 (LDB) sobre a duração mínima do ano letivo (artigo 24, inciso I): “a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver”.

Garantidas as bases para início do ano letivo, é hora de se dedicar a questões como orçamento, fluxo financeiro, contas bancárias e dívidas da Secretaria Municipal de Educação. Afinal, ao DME cabe não apenas cuidar da oferta

de educação, mas também zelar pelo conjunto de atividades ligadas à gestão da rede de ensino. Vale lembrar que o controle rigoroso sobre os recursos orçamentários e financeiros é essencial, como estabelece o artigo 69, parágrafo 5º da Lei nº 9.394/1996 (LDB).

Também é necessário que o dirigente tenha conhecimento do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) do governo anterior, que serão executadas no primeiro ano de gestão. Eles funcionarão como base para os próximos PPA, LDO e LOA, que nortearão os três anos da sua gestão e o primeiro ano da gestão subsequente – o PPA é um plano para quatro anos de governo, conforme determina a Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Não existe educação de qualidade sem professores preparados. Por isso, o quadro de recursos humanos é essencial

para o sucesso do projeto educacional. A estruturação pedagógica e das equipes de assessorias técnica e administrativa merece atenção especial. Dentro desse cenário é essencial fazer levantamentos ligados à quantidade de professores, nível de escolaridade desses docentes (e dos profissionais técnicos e administrativos) e onde estão lotados, entre outros. Também é preciso estar atento à situação trabalhista dos profissionais, saber quantos são efetivos, em estágio probatório e até mesmo os que estão em situação irregular. Caso haja necessidade de um concurso público, esses dados serão essenciais para o seu planejamento, sempre levando em conta o Capítulo VI da LDB, artigos 61 a 67. Para os cargos de direção, o artigo 64 determina que “a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a Educação Básica será

feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação”.

A Agenda dos Cem Primeiros Dias, da Undime, também destaca a importância de ter a relação e as cópias de todos os programas e projetos executados e em execução sob a gerência da gestão anterior. Isso inclui convênios, contratos e processos relacionados à prestação de contas. São dados fundamentais para superar prejuízos causados pela prática da descontinuidade administrativa e até mesmo dar seguimento a projetos e convênios que já estejam em andamento. Vale checar se a administração anterior adotou uma postura adequada em relação à transição de cargos, ao elaborar o Memorial da Gestão da Educação Municipal. Exemplos de memoriais de gestão podem ser encontrados no Portal da Undime (ver quadro na página 20)

Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, o apoio do MEC aos municípios e estados (por meio de assistência financeira, transferências voluntárias do

LINKS ÚTEIS

Orientações ao Dirigente Municipal de Educação – Fundamentos, Políticas e Práticas

(http://undime.org.br/wp-content/uploads/2013/01/caderno_undime.pdf)

Agenda dos Cem Primeiros Dias

(http://undime.org.br/wp-content/uploads/2013/01/agenda_undime.pdf)

IBGE

<http://www.cidades.ibge.gov.br/>

MEC

<http://painel.mec.gov.br>

SIMEC

<http://simec.mec.gov.br>

SIOPE

<http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao>

Portal da Undime

www.memorialdagestao.undime.org.br

FIQUE ATENTO

Conheça alguns problemas aos quais é preciso estar atento na hora de organizar suas ações e elaborar um plano de ação.

- Antes de elaborar – falta de conhecimento da legislação educacional; estrutura orgânica do setor inadequada; desconhecimento da importância do planejamento e do contexto de desenvolvimento.
- Durante a elaboração – envolvimento inadequado dos níveis hierárquicos; falta de conhecimentos dos conceitos básicos; planejamento com baixa credibilidade.
- Na fase de implementação – falta de um sistema de controle e avaliação ou o não cumprimento desse sistema; dificuldades de interação com os colaboradores.

Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação ou assistência técnica) passou a estar condicionado à elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). Municípios que estão com o PAR revisado pelo Ministério da Educação devem consultar o resultado da análise técnica e acompanhar a liberação dos recursos do FNDE (ver quadro na página 20). Para elaborar-lo, é necessário um Comitê Municipal, composto por pessoas da sociedade civil organizada e do poder público local, responsável por acompanhar a execução das ações planejadas no PAR,

que deve ter como base a gestão educacional, formação de professores e profissionais de apoio, práticas pedagógicas e avaliação de infraestrutura física/recursos pedagógicos. É importante que o dirigente conheça os integrantes desse comitê e ofereça a eles todo o apoio.

Para ter acesso ao Simec, o DME deverá fazer o cadastramento de uma nova senha. Deve também conhecer as diretrizes do Termo de Adesão, bem como os dados e informações disponíveis e a projeção das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

do município para os próximos anos. O Ideb foi criado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2007, estabelece uma escala de zero a dez e sintetiza dois conceitos importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. Para calculá-lo, são utilizados dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep – o Saeb e a Prova Brasil.

Vale estar atento também ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), que o governo federal utiliza para monitorar a correta aplicação dos 25% dos recursos em Educação por parte dos municípios e estados. O preenchimento completo e atualizado dos dados orçamentários relativos à educação é indispensável para a realização de transferências voluntárias pelo FNDE (ver quadro na página 20). A alimentação escolar é um ponto importante para a saúde do estudante, uma vez que boa parte dos alunos tem na merenda uma de suas principais refeições balanceadas. E o DME tem no Conselho de Alimentação Escolar (CAE) um importante aliado para o sucesso dessa área. O CAE desenvolve ações preventivas, capazes de subsidiar a Secretaria no controle de sua qualidade nutricional. Trata-se de um órgão autônomo que tem como função acompanhar e assessorar a Prefeitura na política de alimentação escolar. Ele é composto por sete representantes de setores da sociedade envolvidos no programa, conforme o disposto na Resolução CD/FNDE nº 36/2006, art. 16. Os vários Conselhos Escolares, que devem ser vistos pelo DME como parceiros na gestão das escolas públicas municipais, têm condições de atuar desde a programação e fiscalização de recursos financeiros até o auxílio na elaboração e alteração do regimento escolar e projeto político-pedagógico.

ARTICULAÇÃO SOCIAL

Os desafios enfrentados pelos dirigentes municipais de educação demandam ações articuladas com outros membros da administração e da sociedade. Com iniciativas de bom relacionamento com os diversos setores, um dirigente passa a ser visto como um líder capaz de articular parcerias e políticas públicas. Confira uma lista com alguns órgãos e instituições que podem ajudar os DMEs a adotarem políticas mais abrangentes para a sociedade.

Confederação Nacional dos Municípios – <http://www.cnm.org.br/>

Conselho Estadual de Educação – <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/orgaos/orgaos-vinculados/ceesp-conselho-estadual-de-educacao-de-sao-paulo>

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – https://www.fn-de.gov.br/cacs/index.php/lista_conselheiros

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/conselhos.htm>

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade-0>

Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – <http://www.obid.senad.gov.br/portais/CONAD/index.php>

Conselho de Alimentação Escolar – <http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-conselho-de-alimentacao-escolar>

Conselho Municipal de Assistência Social

Conselho Municipal da Saúde

Conselho Nacional de Educação – <http://portal.mec.gov.br/cne>

Conselho Municipal de Educação

Conselho Municipal Antidrogas

Conselho Tutelar

Fundação Lemann – <http://www.fundacaolemann.org.br/>

Ministério Público – <http://www.mpsp.mp.br/>

Vara da Infância e da Juventude

Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal – <http://www.sinpeem.com.br/>

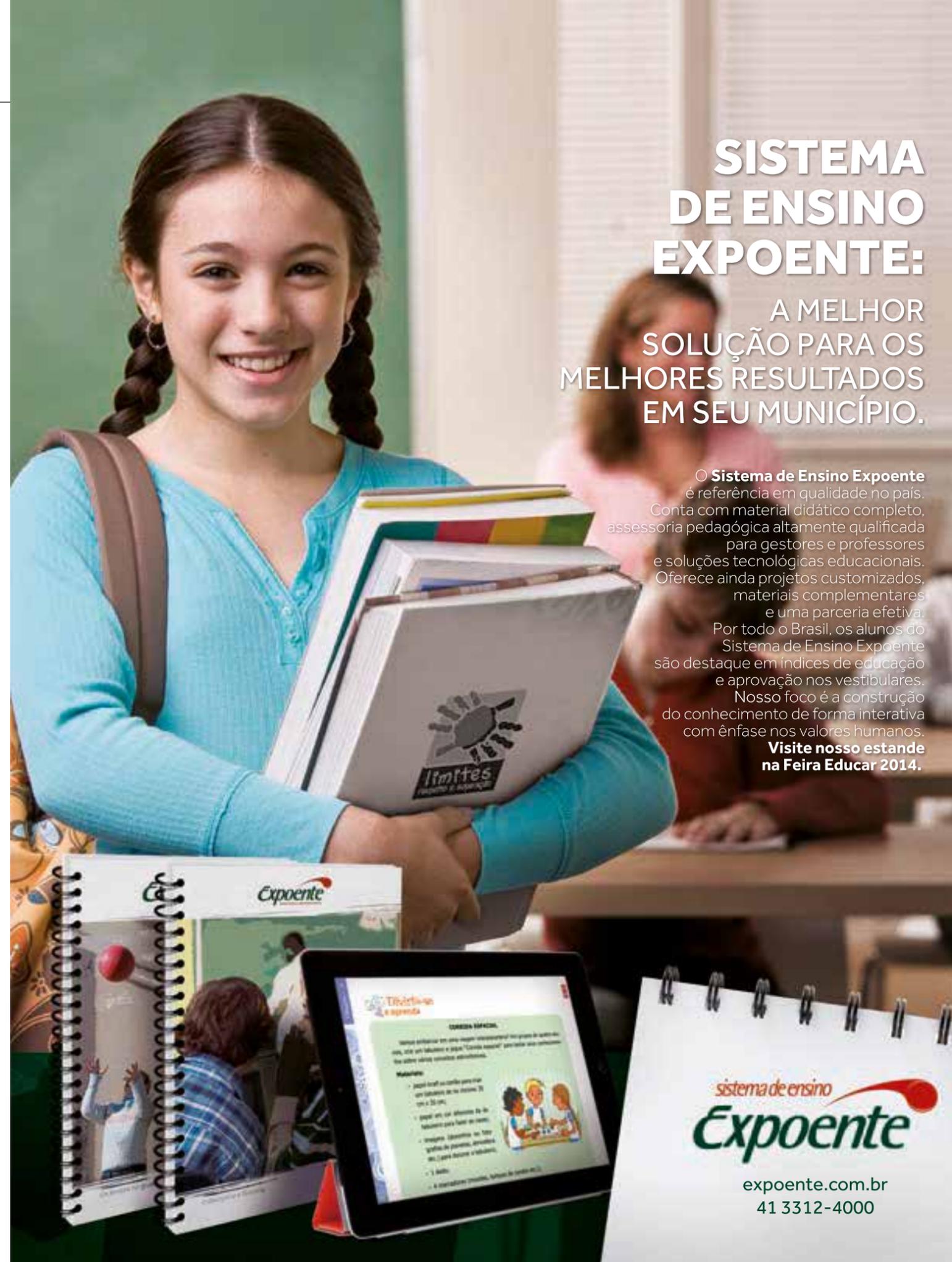
SISTEMA DE ENSINO EXPOENTE: A MELHOR SOLUÇÃO PARA OS MELHORES RESULTADOS EM SEU MUNICÍPIO.

O Sistema de Ensino Expoente é referência em qualidade no país. Conta com material didático completo, assessoria pedagógica altamente qualificada para gestores e professores e soluções tecnológicas educacionais. Oferece ainda projetos customizados, materiais complementares e uma parceria efetiva.

Por todo o Brasil, os alunos do Sistema de Ensino Expoente são destaque em índices de educação e aprovação nos vestibulares.

Nosso foco é a construção do conhecimento de forma interativa com ênfase nos valores humanos.

Visite nosso estande na Feira Educar 2014.



sistema de ensino
Expoente

expoente.com.br
41 3312-4000



Plano Nacional de Educação: até 2016 o acesso à pré-escola deve ser universalizado

O futuro que queremos ter

A Undime recomenda que as cidades comecem desde já a elaborar seus Planos Municipais de Educação

Luciana Alvarez

No dia 15 de dezembro de 2010, o governo federal mandou o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o Congresso Nacional. De lá para cá, houve muita discussão entre os parlamentares e agora o projeto está para ser votado. Com isso, vem ganhando força entre os educadores a necessidade urgente da elaboração ou da revisão dos Planos Municipais de Educação (PME). O PME é um documento estratégico para o desenvolvimento das políticas públicas do setor. Assim, antes mesmo que o texto nacional, que deve servir de base para o documento criado nos esta-

dos e municípios, tenha sido sancionado, muitos profissionais já estão cumprindo as etapas iniciais, ou seja, começaram a fazer o diagnóstico da situação da educação no município e a debater as metas com a comunidade escolar.

E é exatamente isso que recomenda a Undime: que os municípios não esperem todo o desenrolar da aprovação do Plano Nacional, até porque elaborar ou reformar os planos municipais faz parte da obrigação legal dos dirigentes. “Há uma emenda constitucional de 2009 que obriga os municípios a ter um plano. Quem não elaborar o seu estará desrespeitando

a Constituição”, afirma Marialba da Glória Garcia Carneiro, secretária da Educação de Pereira Barreto e membro da comissão da Undime-SP que discute com o MEC a redação dos planos educacionais. “Todo município precisa ter um plano, pois é uma política pública que ultrapassa os programas de governo.”

O PME, que precisa ser elaborado com a participação da comunidade escolar, tem vigência prevista de dez anos. Ele deve orientar as ações de todo o sistema de ensino, abrangendo os diversos níveis e modalidades. Também precisa prever a criação de um fórum permanente para acompanhar sua implementação ou incumbir o Conselho Municipal de Educação dessa tarefa, explica Marialba.

No Estado de São Paulo, a Undime-SP oferece cursos e formação para os profissionais interessados. Para receber a capacitação técnica, basta enviar um ofício à entidade com a solicitação. Já há quase 300 municípios recebendo as informações necessárias para a confecção dos planos. “Isso acontece porque a maior parte dos municípios não tem plano. Até o Estado de São Paulo ainda não fez o seu”, diz Marialba.

O município de Bauru elaborou o PME há dois anos e agora prepara-se para a primeira revisão do documento. “Foi um marco na educação da cidade, fez todos perceberem que são responsáveis. Para a secretaria, foi um trabalho de fôlego, mas valeu a pena”, garante a dirigente da pasta, Vera Casério.

UMA EDUCAÇÃO EXEMPLAR

Os profissionais precisam levar em conta que os objetivos do PME devem estar alinhados com os do Plano Nacional, que busca o aumento global da escolaridade da população, a melhoria da qualidade em todos os níveis, a redução das desigualdades, tanto no acesso à educação quanto à permanência, e a democratização da gestão do ensino público. Atualmente, o projeto de lei 8.035/2010

O PME deve orientar as ações de todo o sistema de ensino, além de prever a criação de um fórum para acompanhar sua implementação

contém 20 metas, acompanhadas de estratégias. Entre elas estão a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar dos 4 aos 17 anos, o atendimento da demanda de crianças a partir dos 6 meses até os 3 anos, a melhoria na qualidade do ensino e o estabelecimento de uma meta de investimentos de recursos públicos proporcional ao PIB. É justamente a questão do financiamento, que estabelece que 10% do PIB seja aplicado em educação, que, até o fechamento desta revista, tem provocado polêmica no Congresso Nacional e retardado a aprovação do PNE. A previsão é que os demais itens mantenham-se praticamente inalterados.

Dentre as metas nacionais, as que afetam mais fortemente os municípios são a de número 1, que exige que 50% das crianças de até 3 anos estejam nas creches até 2020 e que todas as de 4 a 6 anos frequentem a pré-escola já em 2016; e a meta 2, que prevê a universalização do ensino fundamental de 9 anos para crianças de 6 a 14 anos até 2020.

Para que esses objetivos sejam alcançados, os planos das esferas federal, esta-

O processo de elaboração precisa ser democrático e participativo





O documento precisa levar em conta a realidade local. Abaixo, o Plano Municipal de Bauru

dual e municipal devem somar esforços para compor um conjunto integrado e articulado. É por isso que o sucesso do PNE depende do desempenho dos documentos estaduais e municipais. Segundo Marialba, porém, da mesma maneira como não devem esperar os trâmites finais do plano nacional, os dirigentes municipais também devem trabalhar em seus próprios planos sem depender da iniciativa da esfera estadual.

TRABALHO EM CONJUNTO

Para ela, mesmo com os atrasos nos trâmites do PNE no Congresso, deve-se aproveitar o momento atual, único na educação do Brasil. “Estamos tendo muito diálogo em todas as esferas. A secretaria estadual trabalha junto conosco, uma equipe do MEC vem quando precisamos. É um momento diferente de todos os outros”, comemora.

Ao iniciar o processo de elaboração do

plano municipal, os gestores precisam garantir um acesso democrático e participativo às diversas pessoas envolvidas direta ou indiretamente na educação da cidade. “O importante é fazer o trabalho ouvindo a comunidade escolar, quem está comprometido com a educação ou se importa com ela”, afirma a secretária da educação de Pereira Barreto. Devem estar presentes os poderes legislativo e executivo, o ministério público e a sociedade civil organizada, o que inclui desde sindicatos de trabalhadores da educação e associações de pais e estudantes, até fundações ligadas à educação como a Pastoral da Criança, o Lions Clube, o Rotary, entre outras. Professores, diretores e funcionários também precisam ter voz. Esses grupos devem ser organizados em comissões, criadas via portaria, decreto ou resolução, para discutir o projeto.

Em Bauru, a comissão executiva instalada por decreto em agosto de 2011 deu



início ao processo de ouvir a sociedade da forma mais ampla possível. “Foram 22 reuniões, com diversos setores, como diretores, pais, representantes das escolas particulares, das universidades, da indústria, do comércio e membros da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)”, relata a secretária de Educação Vera Casério. “Os grupos falavam sobre os temas que lhes interessavam. Tivemos uma discussão a respeito da medicalização da infância, por exemplo, que contou com a opinião de médicos.”

Ao todo, esses grupos fizeram 171 propostas. A secretaria organizou uma pré-conferência para discussão das ideias e eleição dos delegados, que participaram da conferência municipal e votaram nas propostas. O documento resultante foi levado a uma audiência pública, para que todos pudessem conhecê-lo e, hoje,

fica disponível no site do município para consulta. “Assim, todos podem acompanhar, ver se e como as propostas estão sendo cumpridas”, afirma Vera

Além de garantir amplo acesso ao processo de elaboração do plano, o dirigente municipal também precisa dar suporte técnico para as discussões. Isso significa levantar e oferecer dados estatísticos, demográficos e educacionais, informações sobre a rede e a estrutura existente, mostrar experiências de qualidade, assim como uma análise do orçamento destinado à educação. Por fim, é a equipe técnica, aquela que tem conhecimentos jurídicos, que deve ficar encarregada de redigir o texto, para que o documento traduza a vontade da comunidade de forma correta e que seja legalmente aceita.

É importante lembrar que o PME precisa refletir o que se deseja da “educação

no município” de maneira ampla, já que ela é um instrumento de desenvolvimento social e econômico, assim como um fator de inclusão social. Por isso, apesar de o foco central do PME ser a educação pública, ele não deve se tornar somente um plano de atividades para as escolas da rede municipal. Deve ser um documento de estratégias políticas de educação em geral, de alcance mais amplo, que inclua a intenção de uma avaliação constante e a normatização também sobre o ensino privado. Assim, as instituições particulares precisam ser incluídas nos debates em torno do PME, já que sua atuação no atendimento de parte da demanda educacional deve ser considerada nas definições das metas.

Além disso, embora a Prefeitura não seja a responsável pelas etapas de ensino médio e superior – atendidas pelo esta-

OS DESAFIOS ENCONTRADOS



Marialba Carneiro

Os municípios que já começaram a se debruçar sobre números e metas educacionais se depararam com os primeiros obstáculos. Botucatu faz parte do pequeno grupo que já possuía um PME. Escrito em 1988, o plano estava desatualizado. Lá, o processo de reelaboração começou faz dois anos. No fim de 2012, foi realizado um fórum em que compareceram apenas professores e gestores da cidade. A discussão foi produtiva segundo os dirigentes, mas precisava ser ampliada aos demais segmentos.

No ano seguinte, o cenário mudou. “A conferência de 2013 contou com mais de 600 participantes e foi muito satisfatória, tanto pelo material resultante quanto pela participação popular. Fiquei encantada”, afirma Alessandra Lucchesi de Oliveira, secretária de Educação de Botucatu. Além dos funcionários da rede, compareceram pais, alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos), representantes de entidades filantrópicas e particulares.

Segundo Alessandra, a estratégia para contar com ampla participação foi fazer com que equipes da secretaria fossem entregar pessoalmente os convites da conferência a entidades representativas. Assim, eles puderam aproveitar a oportunidade para explicar a importância do evento. A conferência durou três noites, para que as pessoas tivessem mais chances de participar, mesmo que parcialmente, e as discussões foram divididas por temas, sempre acompanhadas de um especialista da secretaria para dar suporte técnico.

Com o documento oficial da conferência municipal em mãos,

a secretaria pretende agora aprofundar as questões por modalidade de ensino e elaborar um documento que seja bastante diretivo. “O processo precisa de certo amadurecimento para ter profundidade”, afirma a dirigente. Para Alessandra, o trabalho de documentação é delicado, já que o plano precisa se tornar um registro claro dos anseios da população, mas ao mesmo tempo tem de ser escrito de uma forma jurídica e técnica. “Temos uma equipe que se preparou e estudou para fazer essa transposição”, explica.

METAS OUSADAS

Em Pereira Barreto, cidade de 25 mil habitantes na região de Araçatuba, a principal dificuldade é encontrar recursos e pessoas para cumprir as metas sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta será a primeira vez na história que a cidade elabora seu plano de educação.

“No PNE foram pedidas para os municípios algumas metas ousadas, como o atendimento de 50% das crianças por creches. São metas difíceis de ser atingidas, mas necessárias”, afirma Marialba, a dirigente de educação da cidade. “A questão é que os governos federal e estadual estão oferecendo estruturas de creches maravilhosas, só que somos nós que pagamos pela manutenção e a lei de responsabilidade fiscal não permite contratar mais do que um certo número de funcionários.” Segundo Marialba, o tema vai ser discutido com o MEC, mas não existe uma resposta única ao impasse: “Algum ponto terá de ser flexibilizado. Mas essas dificuldades são normais: o caminho se faz no caminhar”.

do, União e rede privada – o PME pode estabelecer diretrizes e metas para tais etapas também, sempre estabelecidas em negociações com os responsáveis.

CAMINHO A SER TRILHADO

A sugestão do MEC é que o trabalho de elaboração do PME siga a seguinte sequência: 1. Diagnóstico; 2. Diretrizes; 3. Objetivos e metas. No site do ministério há uma cartilha bastante detalhada sobre como realizar passo a passo o processo (<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2006/elabpne.pdf>).

Para construir o diagnóstico, é necessário montar um retrato fiel da situação da educação local, com base em dados da própria prefeitura e em estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), responsável pelo Censo Escolar, entre outros levantamentos. Com essas infor-

É necessário que sejam previstos instrumentos para acompanhar e avaliar a aplicação das diretrizes estabelecidas no documento

mações em mãos, as diretrizes político-pedagógicas, ou os caminhos a serem trilhados, serão escolhidas e priorizadas de acordo com a realidade do município. Os objetivos e metas devem explicitar claramente o resultado esperado das ações, estabelecendo inclusive os números a serem alcançados dentro de certo período de tempo.

De forma prática, um município pode usar o Censo Escolar para verificar qual é a taxa de distorção idade-série, estabelecer no documento estratégias de correção para o problema e um prazo para que seja resolvido, deixando claro que será uma ação conjunta entre os diversos sistemas de ensino que atuam no local. “O ideal é que haja metas intermediárias, para que o progresso possa ser avaliado durante o processo”, explica Marialba. As metas podem conter o percentual de melhoria esperado para intervalos de, por exemplo, dois em dois anos.

Os objetivos devem explicitar claramente o resultado esperado das ações



FOTOS GUSTAVO MORITA

O PASSO A PASSO DO PLANO MUNICIPAL

- Instalar uma comissão com a participação, no mínimo, de representantes do poder legislativo, do poder executivo e dos conselhos escolares. O ideal é que seja criada por decreto. O texto deve incluir objetivos, atribuições, recursos e prazos.

- Fazer ou contratar um estudo geográfico e demográfico do município, para estabelecer as “vocações” do local e a evolução populacional, que devem ditar os rumos da educação nas próximas décadas.

- Levantar a história da educação e da rede municipal de ensino, assim como as demandas atuais da educação do município, identificando moradores por espaços, faixa etária, nível de escolaridade, profissão, salário e taxa atual de matrícula.

- Apontar as receitas disponíveis. Recomenda-se fazer um balanço do que foi usado nos últimos 5 anos em cada rubrica, pagamento de servidores, construções, material, etc.

- Estudar as alternativas do atendimento escolar, por exemplo, oferta de creche com período integral ou parcial; a partir de qual idade; e para qual público preferencialmente.

- Organizar a conferência que tomará as decisões – pode ser feita em duas etapas, dependendo do tamanho do município ou da participação dos atores sociais nos estudos prévios. A adoção de textos-base ajuda na votação.

- Estabelecer metas de forma clara e resumida. O ideal é que sejam progressivas: anuais, bianuais ou trienais. A redação final será de caráter técnico, após a conferência.

- Apresentar o anteprojeto de lei à Câmara. Recomenda-se assessoria da Casa para enquadrar o documento ao regimento interno. Os autores do PME devem estar preparados para discutir e defender as diretrizes e metas frente aos vereadores.



No Plano precisam ser dimensionados e disponibilizados os recursos para atingir as metas

Outra recomendação é que o trabalho seja dividido por temas, com grupos discutindo diretrizes e metas para as diferentes modalidades, para cada uma das etapas de ensino e para seus currículos. Entre os temas, deve estar a valorização dos trabalhadores de educação. Durante a redação do Plano é necessário também que sejam dimensionados e disponibilizados os recursos financeiros necessários para o cumprimento de cada uma das metas. Com o texto pronto, o documento precisa passar pela Câmara Municipal. Cabe ao dirigente de educação acompanhar a tramitação até o Plano receber a sanção do prefeito para se tornar lei.

GARANTIAS DE SUCESSO

O fim do trabalho de elaboração do PME, no entanto, não significa o fim do trabalho do Plano. Para que a lei saia do papel e se torne realidade, será necessário divulgar as metas e ações propostas de forma clara e simples. Também é im-

precindível a capacitação dos gestores e técnicos responsáveis pela aplicação das ações. Por fim, deve-se ter consciência de que eventualmente será preciso revisar as metas e o cronograma sempre que alguma dificuldade aparecer ou houver uma mudança na situação do município.

Também é necessário que sejam previstos alguns instrumentos para acompanhar e avaliar a aplicação das diretrizes estabelecidas no Plano. Assim que for aprovada a lei do PME, deve ser constituído um fórum permanente de acompanhamento, que pode inclusive ser o Conselho de Educação, nos municípios em que ele é forte e atuante. Para dar total transparência ao processo, os resultados obtidos no decorrer da aplicação do Plano precisam ser tornados públicos. Somente dessa maneira, o PME terá um caráter realmente democrático, que indicará os caminhos para construir uma educação que responda aos anseios da comunidade local.

A colaboração para o sucesso

O que são e como são formados os arranjos de desenvolvimento da educação que ajudam a impulsionar o setor em diversos municípios

ANTONIO CARLOS SANTOMAURO

A educação pública brasileira está cheia de desafios complicados e obstáculos que precisam ser superados. Nos últimos anos, uma inovação tem se mostrado uma maneira bastante eficiente de enfrentar alguns desses problemas. São as práticas colaborativas, a cooperação e o compartilhamento de ideias e ações entre escolas e entre municípios, que vêm ajudando a somar es-

forços num setor carente de recursos e a estimular o intercâmbio de conhecimento e experiências entre os profissionais.

Promulgada em 1988, a atual Constituição brasileira já faz da educação uma prática colaborativa, pois credita sua responsabilidade aos recursos combinados das três instâncias da administração pública: União, Estados e Municípios. Hoje, essa parceria está sendo bastante forta-

lecida pela integração, ainda que voluntária, dos esforços de municípios geograficamente próximos uns dos outros, na grande maioria das vezes sujeitos a demandas e necessidades educacionais muito parecidas.

Batizada por educadores e estudiosos do tema como colaboração estabelecida em “bases territoriais”, essa integração já conta, no Brasil, com um modelo especificamente concebido para a educação: o ADE (Arranjo de Desenvolvimento da Educação). Homologados pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) em 2011, os ADEs atualmente são inclusive objeto de estudos detalhados do MEC (Ministério da Educação).

É difícil precisar quantos desses arranjos territoriais já existem no Brasil. Segundo o MEC, o próprio CNE detectou até agora a existência de doze arranjos. Nove deles se encontram no portfólio de projetos da Comunidade Educativa CEDAC, organização sem fins lucrativos dedicada a captar recursos na iniciativa privada para destiná-los à educação pública. A CEDAC atua ou já atuou em arranjos estruturados nos estados do Pará, Maranhão, Sergipe, Tocantins, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo. No entanto, muitas vezes a colaboração entre municípios não está estruturada formalmente em um ADE (veja box).

Autor da proposta de homologação dos ADEs no Conselho Nacional de Educação, o professor Mozart Neves Ramos considera que esse modelo é mais vantajoso para o estabelecimento de parcerias na atividade educacional do que o de consórcios intermunicipais. Os consórcios, segundo Ramos, são comuns em áreas como transporte e saúde, onde é mais fácil compartimentar atribuições e responsabilidades, como, por exemplo, construir um hospital mais sofisticado em uma cidade maior e uma unidade de saúde mais simples em uma localidade menos populosa. “Na educação isso não é adequado. Em qualquer cidade, de

O CAMINHO DAS PEDRAS

Antes de pensar na criação de um ADE, os representantes de municípios geograficamente próximos devem identificar a existência de pontos comuns que justifiquem a formação de um arranjo. Uma proposta de trabalho conjunta, por exemplo, um problema cuja solução será melhor se desenvolvida em parceria ou mesmo a troca de experiências gerenciais ou educacionais. Feito isso, devem seguir os passos apresentados abaixo:

- Mobilizar os municípios para o trabalho em rede e cooperativo.
- Definir os participantes e representantes dos municípios, que devem ter liderança e ser bons articuladores.
- Definir as questões educacionais prioritárias e comuns ao conjunto dos municípios participantes.
- Levantar as informações e indicadores educacionais dos municípios que participam do Arranjo
- Elaborar o planejamento regional estratégico, indicando as ações prioritizadas, as metas a curto, médio e longo prazo e os resultados esperados.
- Definir uma agenda de reuniões de trabalho do ADE.
- Definir, entre os participantes, as lideranças para a constituição do Comitê Gestor do ADE, que deverá coordenar e acompanhar as ações.
- Constituir uma comunidade virtual para fomentar o contato frequente e a colaboração entre os municípios, mesmo que a distância.

O modelo dos ADEs está pautado nos dados do Plano de Ações Articuladas para descobrir as carências de cada município

qualquer tamanho, uma escola de ensino fundamental tem as mesmas necessidades e apresenta características muito parecidas com outra escola de ensino fundamental”, explica Ramos.

O modelo dos ADEs, explica o professor Mozart Ramos, pauta-se nos dados provenientes do PAR (Plano de Ações Articuladas), programa estruturado pelas informações referentes a quatro parâmetros educacionais: gestão, formação, práticas de avaliação e infraestrutura. A partir delas, são atribuídas notas específicas para cada município e montados indicadores sinalizando as carências e as necessidades das regiões onde eles estão.

Outro ponto em que os ADEs são mais propícios é na maior colaboração da sociedade civil, de empresas e ONGs na educação dos municípios. Enquanto a legislação dos consórcios prevê apenas a participação do setor público, o modelo



O professor Mozart Neves Ramos acredita que os ADEs são melhores do que os consórcios para a educação

GUSTAVO MORTA

Fonte: Comunidade Educativa Cedac

dos arranjos torna mais fácil a parceria com a iniciativa privada. “Algumas organizações do terceiro setor, como Fundação Bradesco, Itaú Cultural, Instituto Natura e Instituto Ayrton Senna, entre outras, já destinam mais de R\$ 1 bilhão para a educação”, afirma o professor Mozart. “A colaboração é indispensável na atualidade, especialmente no campo da educação, cujos desafios exigem, para serem superados, períodos de tempo maiores que os quatro anos de duração de um governo”, acrescenta Ramos, que é também diretor do Instituto Ayrton Senna.

A possibilidade de integração da educação pública com a iniciativa privada manifestou-se já na gênese do modelo dos ADEs, em 2009, quando o professor Ramos foi contatado pelo Instituto Votorantim, instituição dedicada a investimentos sociais. Na época, o Instituto Votorantim estava interessado em aumentar o alcance territorial dos projetos educacionais que desenvolvia em cidades do Recôncavo Baiano e em minimizar o risco de interrupção desses projetos a cada mudança na administração pública das localidades.

A estruturação desses municípios em um arranjo foi a resposta que Mozart Ramos deu à demanda da instituição. Organizador, em parceria com o também professor Fernando Luiz Abrucio, de um livro dedicado a esse modelo de cooperação denominado *Regime de Colaboração e Associativismo Territorial*, Ramos realça que um ADE é um esforço intermunicipal do qual participam também os governos estaduais e o federal e, eventualmente, o terceiro setor, como foi o caso do Instituto Votorantim.

PARCEIROS PRIVADOS

Característica importante dos arranjos, a possibilidade da parceria entre educação pública e recursos privados já permitiu o desenvolvimento de projetos do ADE Noroeste Paulista, composto por 48 municípios do Estado de São Paulo

situados na região da cidade de Votuporanga. Por meio de parcerias com empresas e entidades como IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo), AMA (Associação dos Municípios da Araraquarense), e Unifev (Centro Universitário de Votuporanga), no ano passado o ADE foi capaz de recolher recursos para organizar o segundo congresso internacional da região do qual participaram 1,2 mil pessoas. “Além disso, o Conselho Britânico trouxe especialistas ingleses para ministrar um curso sobre gestão escolar”, conta Sílvia Cristina Rodolfo, secretária municipal de educação de Votuporanga e coordenadora do ADE Noroeste Paulista. A ideia de melhorar a educação na região faz com que dirigentes municipais das cidades envolvidas participem de reuniões constantes, onde discutem as diretrizes, as metas para o futuro e as maneiras para atingi-las.

No início, as discussões implementadas no ADE concentraram-se na elaboração de diagnósticos expositivos da situação da educação em cada uma das dezessete cidades então envolvidas no projeto. Com o tempo, desdobraram-se em diversos temas: Plano Municipal de Educação, currículo adaptado, tecnologias educacionais, formação de professores e gestores, entre outros. Atualmente, a integração que o arranjo proporcionou materializa-se em uma rede de relacionamento composta, entre outros itens, por reuniões mensais e quatro fóruns anuais, além de eventos com periodicidade mais espaçada. Os efeitos positivos dessa conjugação de esforços entre todos os profissionais de educação e o ADE podem ser percebidos de maneira direta na elevação da média obtida nas avaliações do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica): em 2009, a média atingia 6,5 pontos nessa região e, dois anos depois, já estava em 7,5 (índice referente à Prova Brasil do Ideb).

Além disso, via ADE os municípios do



A diretora da Cedac, Tereza Perez, afirma que, ao se reunirem, os municípios podem aprender uns com os outros e elaborar projetos conjuntos

Uma das características mais importantes dos arranjos municipais de educação é a possibilidade de parceria entre educação pública e recursos privados

noroeste paulista receberam recursos do Mais Educação, ao qual na época, não teriam acesso, pois esse programa do MEC prioriza escolas com baixo Ideb. “E o secretário da Educação do Estado de São Paulo comprometeu-se a instalar ao menos uma creche-escola em cada uma dessas cidades”, complementa Sílvia Cristina.

COOPERAÇÃO

Hoje, a possibilidade e a necessidade de cooperação entre municípios vizinhos é tema até de um capítulo da mais

recente versão do texto do Projeto de Lei 8035/2010, elaborado pelo governo federal para regulamentar o Plano Nacional de Educação, e atualmente em tramitação no Congresso. Diz o projeto: “O fortalecimento do regime de colaboração entre os estados e seus respectivos municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de cooperação territorial”. Inserida nesse texto em substituição ao conceito de ‘arranjo’, a expressão ‘cooperação territorial’ indica a nova denominação com a qual o MEC pretende designar esse modelo de asso-

ciação. “Já no início das reuniões, o grupo de trabalho entendeu que a terminologia ‘arranjo’ leva a dificuldades e a controvérsias na sociedade”, justifica Walisson Maurício de Pinho Araújo, coordenador-geral de Apoio à Gestão Democrática, Assistência e Acompanhamento aos Sistemas de Ensino do MEC. “Percebemos que o termo ‘cooperação’ é fundamental para tratar da relação entre os entes da federação.”

O “grupo de trabalho” ao qual ele se refere é o GT-ADE, instituído pelo MEC exatamente para estudar como se dá a

AS EXPERIÊNCIAS DOS POLOS REGIONAIS

Os esforços colaborativos entre municípios, mesmo que não estejam formalmente estruturados em um ADE, podem ajudar a incrementar a qualidade da educação pública. É isso que revelam os processos de integração implementados através dos polos regionais nos quais se subdividem os associados da Undime-SP.

Um desses arranjos combina os municípios associados dos polos centralizados pelas cidades de Presidente Epitácio e Presidente Prudente (componentes da região paulista conhecida como Pontal do Paranapanema). Para Edimar Batista de Oliveira, secretário de Educação do município de Teodoro Sampaio e representante do primeiro desses dois polos, além de possibilitar a troca de experiências e conhecimentos, essa integração amplia as chances de associação com especialistas nos mais variados temas relacionados à educação pública. “Temos, por exemplo, uma parceria com um grupo da Unesp (Universidade Estadual Paulista) dedicado à educação infantil, tema que é muito importante em nossas discussões”, diz Oliveira.

Embora gerado no âmbito da Undime-SP, um polo regional não limita sua atuação às questões da entidade: desenvolve também projetos de interesse específico das respectivas cidades, como fez o polo da cidade de Pereira Barreto ao contratar um especialista para assessorar os municípios associados nos temas relativos à legislação que determina a ocupação de 1/3 do período de trabalho dos professores do ensino básico com atividades extraclasse. “Também já

desenvolvemos um projeto regional para o Paz nas Escolas”, conta Marialba Carneiro, secretária da Educação da cidade de Pereira Barreto e representante desse polo.

Hoje, o polo de Pereira Barreto discute o desenvolvimento de projetos pedagógicos para as creches que, de acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, precisam ter um caráter educacional. O intercâmbio de experiências e a possibilidade de divisão de tarefas com a estruturação de um arranjo, mesmo que informal, são alternativas eficazes de incremento da qualidade do ensino público. “Percebemos que o arranjo já contribuiu para a melhoria do Ideb dos municípios de nossa região”, diz Marialba.

EXPANDIR O MODELO

Na opinião de Oliveira, é possível aprofundar a colaboração entre os municípios integrados a arranjos territoriais: “Nossa intenção é expandir o modelo, desenvolvendo, por exemplo, compras conjuntas”, explica. As ações desses arranjos, no entanto, não precisam necessariamente abranger sempre todos os municípios integrantes. “Muitas vezes, quando realizamos projetos de qualificação em Teodoro Sampaio, chamamos representantes de apenas algumas cidades próximas, que tenham problemas semelhantes”, afirma Oliveira. “Já fizemos isso com um programa de qualificação no PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), do qual participaram também profissionais dos municípios de Rosana e Euclides da Cunha.”

implementação desses arranjos. Participam desse grupo instituições como CNE, SASE (Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, do MEC, coordenadora do grupo), Secretaria de Educação Básica (também do MEC), INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação) e Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação, além de especialistas como a pesquisadora Gilda Araújo, da Universidade Federal do Espírito Santo.

O GT-ADE, observa Araújo, estuda também outras modalidades de cooperação na área da educação, além dos ADEs, e deve concluir seu relatório em dezembro deste ano. “Serão investigadas questões como transporte escolar, formação

Um ADE pode ter como origem uma necessidade específica de um determinado território e consolidar-se por meio de um processo particular

de professores e gestores, publicações, contratação de engenheiros para elaborar projetos de construção civil, entre outras”, relata o representante do MEC.

Um ADE pode ter como origem uma necessidade específica de determinado território, por exemplo, e consolidar-se por meio de um processo também particular. O ADE Noroeste Paulista, por exemplo, nasceu em 2009 em uma reunião na qual o prefeito e outras lideranças do município de Votuporanga consideraram que ele seria um instrumento capaz de contribuir com a melhoria do ensino público na região, especialmente se as administrações das cidades vizinhas também participassem.

Já o ADE Estrada de Ferro Carajás teve início no ano de 2009 quando a Fundação Vale acionou a Comunidade Educativa Cedac para assessorá-la em seu apoio à educação em municípios do Estado do



Muitas cidades têm problemas parecidos, como o transporte dos alunos, e podem se utilizar dos arranjos para resolvê-los

Maranhão localizados às margens da ferrovia que batiza o arranjo. Por sugestão da Cedac e da Fundação Vale, instituição mantida pela empresa de mesmo nome, foi então formado o ADE Estrada de Carajás, atualmente composto por vinte municípios maranhenses.

De acordo com Tereza Perez, diretora-presidente da Cedac, além de propiciar o intercâmbio de experiências e *know-how*, esse arranjo melhorou, por exemplo, o processo de distribuição de recursos. Além disso, tornou mais fácil para a Fundação Vale ceder profissionais para ajudar os municípios a elaborar seu Levantamento da Situação Escolar (LSE), exigido pelo MEC para a liberação das verbas do Plano de Ações Articuladas (PAR). A

Cedac, explica Tereza, foca sua atuação na gestão de profissionais da educação, e pode trabalhar em uma única cidade. Mas, segundo ela, a integração de vários municípios amplia os benefícios gerados pelos esforços dirigidos à educação pública: “Muitos municípios têm problemas parecidos, mas os resolvem de maneiras bastante diferentes. Ao se reunirem, um consegue aprender com o outro e podem, inclusive, elaborar propostas e projetos conjuntos”, afirma Tereza.

Em sua maioria, os ADEs foram estruturados em territórios compostos por cidades pequenas, com economia muito dependente de atividades agropecuárias e de repasses de verbas públicas, nos quais há grandes dificuldades para investir em educação. No entanto, como mostra a experiência do ADE Noroeste paulista, mesmo cidades já com bons índices nas avaliações educacionais podem se

beneficiar bastante desse modelo colaborativo.

Experiências bem-sucedidas na área da saúde, segundo Araújo, do MEC, reforçam ainda mais a ideia de que é importante buscar soluções comuns para o incremento dos serviços públicos de uma região mais abrangente do que um único município, inclusive dos serviços públicos de educação. “Se a articulação entre as três esferas do poder público em um dado território para a garantia dos meios de acesso à educação a todo cidadão é tarefa constitucional, esse debate não pode se desvincular da agenda do Sistema Nacional de Educação”, afirma ele. “Um processo comum de trabalho pode diminuir sobreposições e contribuir para a superação da baixa capacidade institucional e das dificuldades técnicas, gerenciais, financeiras e de escala em qualquer área.”



As prefeituras, com ajuda dos governos estaduais e federal, terão de garantir que todas as crianças de 4 e 5 anos estejam na escola até 2016

Em busca da oferta com qualidade

Uma avaliação da educação infantil hoje mostra que existe um grande descompasso entre discurso e realidade

PATRICIA SPERANDIO

Embora a educação infantil esteja passando por um processo permanente de transformação nos últimos 20 anos, ainda há muito o que fazer para que, de fato, as escolas destinadas à primeira infância cumpram com qualidade o seu papel no atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade.

A Constituição Federal, em 1988, torna a educação das crianças dessa idade um direito do cidadão e um dever do Esta-

do. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ratifica tal mudança e incorpora a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Por fim, 10 anos depois, a Política Nacional de Desenvolvimento Infantil (PNI), em parceria com o Ministério da Educação, realiza uma série de encontros e seminários para discutir com os gestores municipais e estaduais de Educação questões relativas à definição de

políticas para a Educação Infantil. Apesar dessa série de leis e regulamentações, o atual cenário revela um grande descompasso entre o discurso e o cotidiano de muitas escolas infantis.

“Nós temos hoje muitos documentos já produzidos, muitos dados de pesquisas, mas pouco se faz para a implantação do projeto de educação infantil no país”, avalia a doutora em educação Roberta Borges, que coordena o grupo de Estudos em Educação Infantil do Núcleo de Políticas Públicas da Unicamp. O resultado se traduz em inúmeras dificuldades para essa etapa de desenvolvimento infantil, como déficit de vagas para os pequenos, formação inadequada de professores e oferta de educação de baixa qualidade. Também revela a complexidade em que a criança está envolvida e a responsabilidade de estabelecer um trabalho que enfatize o “cuidar” e o “educar”.

UNIVERSALIZAÇÃO

Um dos principais desafios que terão de ser cumpridos pelos prefeitos até o final de seus mandatos, em 2016, é garantir – em colaboração com os governos estaduais e federal –, vagas a toda a população de 4 e 5 anos. Isso porque a data coincide com o término do prazo para a universalização da pré-escola estabelecido pelo Plano Nacional de Educação.

No entanto, os dados do Censo Escolar de 2013 não são muito animadores em relação ao crescimento de vagas dessa etapa do ensino infantil nos últimos anos. Segundo a pesquisa, a pré-escola apresentou uma evolução de 2,2% na quantidade de matrículas entre as duas últimas edições apresentadas, chegando a 4.860.481 crianças atendidas. Hoje, mais de 1 milhão de crianças ainda estão fora das salas de aula no país. A pré-escola atende cerca de 82% daquelas que deveriam estar matriculadas nessa fase de ensino, ou seja, falta incluir 18%. A meta não parece distante. O problema é que existem disparidades entre as regiões

Hoje mais de um milhão de crianças ainda estão fora das salas de aula em todo o Brasil. Falta incluir 18% delas na pré-escola

brasileiras e entre os estados e municípios que, na maioria dos casos, necessitam de maiores investimentos para a universalização proposta.

“No Nordeste e no Sudeste, entre 85% e 87% das crianças são atendidas; no Norte e no Centro-Oeste, entre 70% e 73%. Existem algumas regiões onde o problema é ainda mais grave”, afirma o consultor Francisco Carbonari, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, e ex-secretário da Educação do município paulista de Jundiá. “Ainda temos muitas desigualdades conforme os grupos de renda, étnico-raciais, zonas urbanas e rurais e entre regiões; mesmo numa cidade como São Paulo, apesar de a média já estar acima



O consultor Francisco Carbonari afirma que ainda há muitas desigualdades no Brasil

das metas do PNE, existem regiões com muito pouca oferta de vagas em creche e pré-escola”, complementa a especialista em educação Maria Malta Campos.

Um desafio específico que os gestores municipais terão de enfrentar para cumprir o Plano Nacional de Educação é em relação à ampliação da oferta de educação infantil de forma a atender 50% da população de até 3 anos. Apesar de o número de matriculados nessa etapa de ensino no país ter crescido quase 73%, passando de 1.579.581 para 2.730.119 crianças atendidas no período entre 2007 e 2013, segundo o Censo Escolar 2013, somente 23% dos pequenos frequentam as creches.

Na avaliação de Carbonari, o cenário é problemático, já que os municípios não estão conseguindo reduzir o déficit de vagas nas instituições com a velocidade necessária e, ao mesmo tempo, estão sendo pressionados pela Justiça por meio de mandatos de segurança e ações civis públicas. “O Judiciário tem um entendimento de que toda criança tem direito à creche, através da interpretação da

Hoje, as instituições de educação infantil precisam fazer parte de um percurso educativo

Constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Na prática, isso significa que todos os municípios têm de atender a 100% da demanda”, explica Carbonari.

Um exemplo de esforço para aumentar a oferta de vagas na Educação Infantil pode ser constatado em Barretos, no interior paulista. “Nosso município já atende a 100% da demanda na recreação e pré-escola e conseguimos chegar a 90% no atendimento em creche”, afirma o secretário municipal de Educação, Esporte e Lazer da cidade, Aparecido Doni-

zete Alves Cipriano. A meta, segundo ele, é universalizar a demanda existente no berçário e maternal, que hoje é de 400 crianças, com a construção de novas unidades e a ampliação das atuais, até 2015.

QUALIDADE

Mais do que apenas aumentar a oferta de vagas nas instituições de ensino infantil, os municípios têm outra barreira para enfrentar: a qualidade. Segundo a especialista Maria Malta Campos, a média da educação oferecida ainda é muito ruim, representando, em alguns casos, até riscos para o desenvolvimento das crianças muito pequenas. Entre os principais problemas encontrados hoje nas unidades de ensino, estão as turmas de alunos muito numerosas, as salas subdimensionadas, o mobiliário inadequado, a pouca disponibilidade de materiais e o fraco suporte pedagógico.

Se no passado as instituições de educação infantil tiveram um caráter assistencialista, no qual se esperava apenas que os pequenos recebessem os cuidados básicos, hoje essas unidades de ensino

devem fazer parte de um percurso educativo e, por consequência, se articular com os outros níveis de ensino formal. Nesse sentido, o secretário municipal de Educação, Esporte e Lazer de Barretos, Aparecido Cipriano, vem desenvolvendo uma série de medidas na rede, como a implantação de material didático do Sistema Anglo de Ensino para as crianças da recreação e pré-escola e a oferta de formação continuada para os educadores. Além disso, a partir de 2013 os cerca de 4 mil estudantes de Educação Infantil passaram a contar com aulas de inglês, artes e educação física. “A prefeitura dobrou o gasto com essa etapa de ensino, passando a investir cerca de R\$ 6,5 milhões por ano”, garante Cipriano.

Outra preocupação que os gestores devem ter é com os espaços destinados às atividades das crianças. Esses locais devem ter um projeto político-pedagógico elaborado de forma cuidadosa por professores, coordenador e diretor, com base nas especificidades dessa etapa. “As instituições devem criar um ambiente para que a criança se desenvolva de forma natural e segura, reservando um espaço para que ela possa pensar e se relacionar, além de manter um adulto sempre perto dela. É assim que a criança vai se construindo enquanto pessoa”, afirma Roberta Borges, da Unicamp.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Para garantir um bom desenvolvimento de aprendizagem, é preciso também favorecer a relação entre a escola e a família. “Os pais precisam saber o que está sendo feito, qual a educação que a instituição de ensino está oferecendo. Quais as dificuldades que a criança está tendo e se oferecer para ajudar nesse processo”, explica Roberta. Os ganhos com essa medida são incalculáveis, pois os pais passam a conhecer o mundo das crianças na escola, sua rotina, suas atividades e seu envolvimento com o conhecimento.

Diante dos atuais desafios da Educa-

Seriam necessários 100 mil novos docentes para a inclusão de todas as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola



RAIO X DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

“Será preciso gastar muito para atingir as metas.” A conclusão é de Fernando Montoro, coordenador de Gestão de Políticas Públicas da Fundação Prefeito Faria Lima (Cepam), órgão estadual que apoia os municípios paulistas no aprimoramento da gestão e no desenvolvimento de políticas públicas. Em 2014, o Cepam divulgou um estudo sobre a capacidade financeira dos municípios no atendimento das metas da Educação Infantil previstas no Plano Nacional de Educação (PNE).

Os resultados, segundo Montoro, são preocupantes. De acordo com as projeções feitas pelo levantamento, até 2020 os municípios terão um acréscimo de 47% em relação aos gastos atuais com a Educação Infantil. Em 2012, quando foram realizadas as pesquisas, com base nas informações do SIOPE, esses gastos representavam 35%, com valores finan-

ceiros de R\$ 10,1 bilhões. Para cumprimento das metas do PNE (50% de vagas para creche até 2020 e 100% para a pré-escola até 2016), os gastos projetados serão da ordem de R\$ 14,9 bilhões.

OLHAR DIFERENCIADO

Em média, os municípios paulistas gastam 26% das suas receitas com a Educação, cumprindo o dispositivo legal que impõe limite mínimo de 25%. No entanto, os gastos nessa área são cerca de 15% acima das receitas municipais. Outro dado é que, do total de 603 municípios analisados, cerca de 170 deles deverão incrementar os gastos com Educação Infantil em mais de 50%. Desses, 80 municípios terão de aumentar acima de 80% e, ainda, um grupo de 27 municípios paulistas necessitará de crescimento acima de 100%.

“O estudo serve de alerta para a so-

cidade brasileira, já que a conta é alta e muitos municípios não vão conseguir atender à meta do PNE”, afirma Montoro, alertando que os valores demonstram a necessidade de incremento de receitas por parte das prefeituras. “Como fazer isso? A gente propõe inúmeras soluções, como aumentar a transferência da União, do estado, ou mudar a meta.”

Na opinião da responsável pelo estudo, Fátima Araújo, técnica da Coordenadoria de Gestão de Políticas Públicas do Cepam, o levantamento ajuda os gestores municipais e os governos a terem um olhar diferenciado para diversas situações retratadas. “Tem grupo que já atende as metas. Tem grupo que, com um pequeno esforço, vai conseguir atender, e tem uma outra parcela de municípios que vai ter de fazer um esforço hercúleo”, avisa Fátima.

ção Infantil, a formação do professor para atuar nessa etapa de ensino é alvo de políticas públicas, de inúmeros estudos, pesquisas e debates. A discussão aprofundada sobre o tema procura fazer do currículo escolar uma experiência positiva e dá à gestão educacional a dimensão pedagógica da qual ela tanto necessita nos dias de hoje. No entanto, há uma enorme distância entre o perfil do professor que a realidade exige e o que está nas salas de aula. Para se ter ideia, dados do Censo Escolar 2012 revelaram que 35% dos que lecionam na pré-escola não têm nem sequer curso superior. Na creche, a situação é ainda mais preocupante. Até por causa de seu passado assistencialista, há ainda mais profissionais sem capacitação responsáveis pelo atendimento das crianças nessas instituições. “Na Educação Infantil ainda há preferen-

ras que abrem quadros novos para profissionais que não têm formação”, afirma a especialista em psicologia da educação Silvia Pereira de Carvalho, coordenadora do Instituto Avisa Lá, organização não governamental que trabalha para qualificar a prática pedagógica das redes públicas de educação infantil.

Outro ponto importante nessa questão é a necessidade de reformulação do curso de pedagogia oferecido pelas instituições de ensino para essa etapa de desenvolvimento infantil, já que o modelo existente hoje inclui a mesma formação para todos os níveis de professores. “O profissional da primeira infância tem de ter a integração entre o educar e o cuidar”, explica Silvia. Segundo ela, uma criança dessa faixa etária necessita de cuidados físicos intensos e a preparação específica para trabalhar com ela ainda é

muito incipiente no país.

Enquanto essas mudanças não ocorrem no processo de formação inicial, a capacitação continuada está se tornando uma maneira de reduzir as carências que surgem no processo de ensino-aprendizagem das crianças. Um dos problemas, porém, é que o treinamento constante e a contratação desses profissionais custam caro para os gestores responsáveis pela educação. Segundo um estudo feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em janeiro de 2011, seriam necessários quase 100 mil novos docentes para a inclusão de todas as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola.

RECURSOS

O desafio para as prefeituras é que os investimentos para as redes municipais cumpriram todos os desafios que envolvem a Educação Infantil, incluindo a meta do Plano Nacional de Educação,

Existem algumas iniciativas voltadas para ajudar os municípios no atendimento da demanda da educação infantil

são bastante robustos. O gestor público tem de buscar recursos não só para a construção de escolas e creches, mas também para assegurar a qualidade do ensino. Tarefa que, na visão de especialistas, não é nada fácil.

Para Francisco Carbonari, os municípios não darão conta dessa tarefa se não for estabelecido um regime de colaboração com os governos federal e estaduais e, ainda, se não houver um rearranjo do financiamento. Para ele, a divisão do bolo tributário não é muito justa com os municípios e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) não vai conseguir atender a todas as necessidades da educação infantil.

Nesse sentido, existem algumas iniciativas voltadas para ajudar os municípios no atendimento da demanda da Educação Infantil. Em São Paulo, os governos do estado e federal firmaram uma



A capacitação continuada de professores é uma maneira de reduzir as carências do ensino-aprendizagem das crianças



Sílvia Carvalho diz que as prefeituras precisam evitar abrir espaço para gente não especializada

FOTOS: GUSTAVO MORAIS

parceria para financiar a construção de creches. Mesmo assim, na opinião de Carbonari, o esforço é apenas um aspecto da questão. “Não adianta chegar linha de apoio somente para a construção de novas unidades se não vier apoio também para o sistema. Na medida em que o atendimento é ampliado, aumenta o custeio dos serviços”, ressalta.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO

A gestão educacional assume um papel importante na hora de dar conta das mais diversas atribuições impostas ao poder municipal para a garantia do acesso à Educação Infantil com qualidade, como fazer contratações e licitações, regularizar e encontrar terrenos, garantir o devido suporte às entidades conveniadas e supervisionar a capacitação de profissionais, entre outras coisas.

Alguns recursos como pesquisa e cole-

ta de dados são instrumentos importantes para o gestor identificar e aprimorar as políticas públicas nas instituições do seu município. “O MEC e alguns parceiros têm informações sobre o uso dos indicadores de qualidade da Educação Infantil. Eles permitem ao professor e ao gestor observarem se as recomendações apresentadas nos parâmetros nacionais de qualidade da Educação Infantil publicados em 2006 estão sendo atendidas no cotidiano das instituições”, esclarece a gerente de Educação Social da Fundação Itaú Social, Patrícia Mota Guedes.

Diante das dificuldades existentes para atrair recursos, é importante que os gestores consigam descobrir onde está a maior demanda de seu município. “O elemento mais importante no planejamento de ampliação de vagas do município é identificar as comunidades, as áreas de maior vulnerabilidade e de maior de-

manda, para que seja possível primeiro atender os locais mais carentes do acesso à Educação Infantil e para os quais o atendimento de qualidade pode fazer toda a diferença”, alerta Patrícia.

No entanto, a especialista reconhece a dificuldade de implantar um modelo de gestão educacional a ser seguido, uma vez que a Educação Infantil é de responsabilidade municipal num sistema federativo com mais de 5 mil municípios. “Com esse número e diversidade a gente vai ter contextos muito distintos e diversos”, explica Patrícia. “Desde secretarias mais estruturadas com equipes que oferecem apoio qualificado no dia a dia das creches e pré-escolas, até pastas menos favorecidas que nem sequer têm perfil de profissionais para acompanhar o processo de conseguir recursos do governo federal para ampliar o acesso das crianças à educação.”

Desafios e estratégias para a EJA

Educação de jovens e adultos enfrenta queda no número de matrículas e país sofre com o analfabetismo. Saiba o que pode ser feito para superar essas barreiras

Daniel dos Santos

Em pleno século XXI, época de tablets, smartphones e até óculos que tiram fotos e acessam a internet, um velho problema da humanidade continua a impedir o desenvolvimento de milhões de pessoas em todo o mundo: o analfabetismo. Segundo dados do 1º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, divulgado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

em janeiro deste ano, a taxa mundial de analfabetos caiu apenas 1% entre 2000 e 2011. Esse desempenho fraco impedirá que o compromisso de melhorar a qualidade da educação até 2015 – assumido por 164 países no ano 2000, como parte do Acordo de Dacar – seja atingido.

O estudo registra 774 milhões de pessoas que não sabem ler, sendo que dez países (entre eles o Brasil) são responsáveis por mais de 70% da população

mundial de analfabetos. No ranking das nações que mais possuem adultos sem escolaridade, o Brasil aparece em um nada confortável oitavo lugar. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada em 2012 e divulgada em 2013, o país tinha 13,2 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, índice que chega a 8,7% da população. “Nossa meta é atingir 6,5% em 2015 ou 2016. O índice não vem caindo na velocidade que gostaríamos, mas se tivermos o comprometimento de todos os setores, pode ser atingido”, afirmou a secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC, Macaé Evaristo, em entrevista à **Revista da Undime**.

Para enfrentar essa difícil realidade, os especialistas apontam que é neces-

No ranking das nações que mais possuem adultos sem escolaridade, o Brasil aparece em oitavo lugar, com 13,2 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais

sário investir na reestruturação da EJA (Educação de Jovens e Adultos), que inclui estudantes do ensino fundamental e médio. “É necessário pensar a educação de jovens e adultos de forma sistêmica”, afirma Macaé. “Desde 2012, o MEC tem financiado novas turmas, mas financiamento não é tudo.” Segundo a secretária, para combater o analfabetismo é necessário focar também pontos como a oferta de material didático específico, além de alcançar públicos diferenciados, como presidiários ou mesmo os ciganos, por exemplo.

Formada em letras e pedagogia e com pós-graduação em psicopedagogia, Celia Maria Monti Viam Rocha, secretária da Educação de Socorro, em São Paulo, explica que entre os obstáculos enfrentados para o desenvolvimento da EJA no



FOTOS RAFAEL LASCIAZ

Para ensinar é preciso partir da realidade dos estudantes, conscientizá-los e desafiá-los ao entendimento e superação das dificuldades



A educação de pessoas mais velhas é um direito e a sociedade precisa assumir esse compromisso

Brasil está a centralização das escolas. “Normalmente os alunos encontram dificuldades de acesso a essas instituições após um dia inteiro de trabalho. Também são complicadores a falta de formação dos professores para as especificidades dos alunos, a adequação curricular e a falta de flexibilidade de horários”, destaca. Como soluções, ela aponta o oferecimento de cursos próximos às residências dos estudantes ou do local de trabalho e o investimento na formação e capacitação dos professores que trabalham com essa clientela. Na opinião de Celia, é preciso adotar estratégias como a promoção de experiências na área, por meio de estágios, ainda durante o curso de formação dos educadores. Já os gestores devem ampliar o acesso a discussões e conhecimentos sobre as necessidades específicas desses alunos, orientar um trabalho de pesquisa sobre as principais dificuldades e sua superação e oferecer capacitação contínua.

Outro movimento importante na gestão dessa modalidade de ensino está no conteúdo apresentado. “A maior parte do currículo da EJA fundamenta-se em adaptações do que é dado no ensino fundamental”, explica Celia. “Faz-se necessário um currículo que foque os interesses e necessidades dos adolescentes e adultos. A construção do conhecimento só acontece se partirmos da motivação do aluno, da sua realidade, dos conhecimentos significativos para ele.” Para isso, ela destaca a importância de uma proposta político-pedagógica construída pelo coletivo da escola, que contemple as especificidades da comunidade, com diagnósticos e propostas de soluções adequadas às suas necessidades.

“Como afirmava Paulo Freire, o objetivo da escola é ensinar o aluno a ‘ler o mundo’ para poder transformá-lo”, lembra ela. “É preciso partir da realidade dos estudantes, conscientizá-los e desafiá-los ao entendimento e superação de suas dificuldades.” Segundo Celia, educado-



É necessário montar um currículo que foque os interesses e necessidades dos estudantes

res e alunos da EJA precisam construir esse processo coletivamente. Para ela é preciso ter em mente que a educação de jovens e adultos é um direito e, como tal, exige que a sociedade assuma o compromisso de proporcionar a eles a oportunidade de se construírem como sujeitos e cidadãos capazes de compreender a sociedade em que vivem e a si mesmos.

“Sem dúvida, o modelo gerencial, que foi motivo de evasão nas séries iniciais, quando esse aluno estava na idade escolar adequada, não pode ser reproduzido no mesmo formato nas salas da EJA”, afirma Guiomar Chiandotti, pedagoga com especialização em supervisão escolar, pós-graduada em planejamento, implementação e gestão da educação a distância, com pós em Tecnologia da Comunicação em Educação. “O aluno é outro, com vivências, ilusões e decepções que adquiriu ao longo dos anos. O que o expulsou da escola lá atrás, o expulsará com certeza agora que é um adulto”, explica ela, referindo-se a um dos grandes desafios dos gestores: combater a evasão, que não para de crescer.

Segundo dados divulgados pela Agência Brasil, a educação de jovens e adul-



SARAU NA ESCOLA

Instituição de ensino usa música para ensinar conteúdos como língua portuguesa e história e evitar a evasão na EJA

Na escola Raul Pompéia (foto), localizada no bairro de Parada de Taipas, em São Paulo, capital, a criatividade e a música foram as armas utilizadas para aproximar os alunos e combater a evasão na turma de jovens e adultos. “Por meio das canções é possível expressar emoções que os alunos não conseguem com palavras. Além disso, ela promove a sociabilidade, desenvolve o raciocínio lógico matemático e verbal além de entrar no universo cultural dos alunos”, conta a professora Maristela Rodrigues Pulcinelli Gouveia, que tem pós-graduação em distúrbios de aprendizagem e em gestão

escolar, e coordenou a iniciativa. Nas primeiras semanas de aula foi promovida a interação do grupo e o resgate de suas histórias de vida e escolar, com a elaboração da árvore genealógica de cada aluno. “Através das exposições orais pudemos observar uma grande semelhança entre as histórias dos alunos. Propusemos, então, um aprofundamento sobre os motivos pelos quais eles haviam parado de estudar e nos deparamos com situações de extrema pobreza e a forçosa migração para São Paulo”, lembra ela. “Propus que cada um escolhesse uma música que representasse sua história de vida e depois que fizéssemos um saraú, além de confeccionar um livro e um CD com as músicas escolhidas.”

Para cada música trabalhada foi

desenvolvida uma atividade ligada ao currículo, como o estudo de vocabulário, atividades artísticas, interpretação de textos, intertextualidade (poesias, acrósticos, reportagens, versões, traduções, biografias e filmes), além de muita leitura e produção de textos. O projeto, que durou um semestre e beneficiou cerca de 40 alunos, culminou em um saraú, com a vinda de um grupo musical para tocar as canções escolhidas. “Todos os alunos que iniciaram o trabalho não saíram da escola naquele ano e apresentaram poucas faltas”, destaca Maristela. Em 2014, o tema do projeto para EJA será “O que é ser brasileiro”, com foco nas questões regionais, como a migração. Além do saraú, ele contará com dança, poemas e até culinária.

tos no país perdeu quase um milhão de alunos no período entre 2007 e 2011, passando de 4.985.338 alunos inscritos para 4.046.169. E esse ritmo de queda continuou nos últimos anos. De acordo com o Censo Escolar, realizado pelo Ministério da Educação, em 2012 havia 3.906.877 matriculados na EJA, número que encolheu para 3.772.670 em 2013. Para combater a fuga desse público dos bancos escolares, Guiomar destaca que é necessário enfrentar desafios como a discriminação e a exclusão. “Precisamos pensar que estes alunos, geralmente, vêm de famílias de baixa renda, sendo,

Precisamos melhorar

Número de analfabetos no mundo:

774 milhões

Posição do Brasil no ranking de países com mais analfabetos:

8º lugar

Número de analfabetos no Brasil:

13,2 milhões
(com 15 anos ou mais) ou 8,7% da população

muitas vezes, filhos de pais analfabetos. Isso faz com que se sintam discriminados na sociedade. Vivemos numa sociedade em que a leitura é importante até para tomar um ônibus ou fazer compras. O aluno que chega à EJA se sente excluído da sociedade”, explica.

Além desse acolhimento, ela destaca que, para deixar os cursos de EJA mais acessíveis, é obrigatório investir em estratégias que facilitem o contato das pessoas com o conhecimento, como o ensino a distância. “O conceito de escola presencial, onde alunos e professores se reúnem num mesmo espaço físico, já não

A construção do conhecimento só acontece a partir da motivação do aluno, da sua realidade, dos conhecimentos mais significativos para ele



Muitas vezes os estudantes se sentem discriminados por não saber ler e escrever

A falta de flexibilidade dos horários dos alunos é um dos fatores que dificultam o andamento de cursos de educação de jovens e adultos



se faz tão necessário”, afirma Guiomar. “Por meio da educação a distância é possível mudar o conceito de escola e aprendizagem, em um processo em que professores e alunos interagem num espaço virtual, a qualquer hora e em qualquer lugar.” Segundo a especialista, o problema da evasão na EJA se deve à desmotivação, que está ligada a fatores do dia a dia, como cansaço. “A maioria trabalha o dia inteiro, pega ônibus lotado, mora longe da escola, enfrenta a violência urbana e muitas dificuldades. Implantar a EJA/EAD (ensino a distância) facilita a vida do aluno, que não precisa se locomo-

ver, sem causar nenhum prejuízo para o professor, que continua a ministrar suas aulas normalmente”, explica. Como ferramentas para a capacitação dos professores nessa área, ela aponta atividades como as oferecidas pelo site EAD Paideia – Educação a Distância para Educadores (<http://www.eadpaideia.com.br/>). O serviço disponibiliza cursos por meio da internet com duração variável, turmas fechadas e com mediação constante de um docente. Há cursos gratuitos, como o Introdução à Educação a Distância, e pagos, a exemplo do Introdução à Interdisciplinaridade, entre outros.

Quem tem medo da tecnologia?

Com os alunos cada vez mais “informatizados”, cresce a pressão pelo uso de recursos como computadores nas escolas públicas

DANIEL DOS SANTOS

Quando o assunto é tecnologia, muitos professores ainda se sentem pressionados, seja pelos alunos, que estão cada vez mais informatizados, usando frequentemente a internet, os smartphones e os tablets, seja pelos governos, que querem exibir uma imagem de modernidade, mesmo sem, muitas vezes, fornecer a estrutura adequada. Segundo o estudo

Tecnologias de Informação e Comunicação – Educação 2012, divulgado no ano passado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, 62% dos alunos de escolas públicas no país têm pelo menos um computador em casa. E esse número não parou de crescer nos últimos anos. Em 2010 a taxa era de 54%; em 2011, de 56%. A pesquisa também mostra que vem aumentando o acesso à internet por meio

dos chamados smartphones (telefones com recursos como acesso à internet) entre os estudantes do ensino público, no mesmo período. De 2011 para 2012 o índice de uso do acesso móvel cresceu 11%, atingindo 44% daqueles que responderam à pesquisa.

O estudo do Comitê Gestor da Internet brasileira, que reuniu informações de 856 escolas, mostra que a média de computadores em geral (desktops, notebooks e tablets) por instituição de ensino é de 21 máquinas. Para cerca de 80% dos professores entrevistados, porém, o número insuficiente de equipamentos disponíveis efetivamente para fins pedagógicos é um dos entraves. O governo federal anunciou que distribuirá em 2014 cerca de 460 mil tablets para professores do ensino médio de escolas públicas e que investirá um bilhão de reais na capacitação desses professores e na produção de material didático digital para uso nesses equipamentos. No entanto, o que se vê na prática é a falta de estrutura adequada, como mostra, por exemplo, um relatório feito pela Controladoria-Geral da União e divulgado no ano passado.

De acordo com a CGU, a falta de infraestrutura nas escolas foi o principal motivo para não terem sido atingidas as metas do Proinfo (Programa Nacional da Tecnologia Educacional) entre 2007 e 2010. A investigação aponta que apenas 27 mil dos 56 mil laboratórios de informática que deveriam ser instalados entraram em funcionamento, e 12 mil não chegaram sequer a ser instalados. O Proinfo é um programa educacional que tem como objetivo promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. Ele reúne esforços da União, estados e municípios, cabendo aos dois últimos garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores.

Além de ir ao encontro do interesse do aluno, o uso de recursos tecnológicos



Os cursos de formação, como este de Campinas, são fundamentais para os educadores

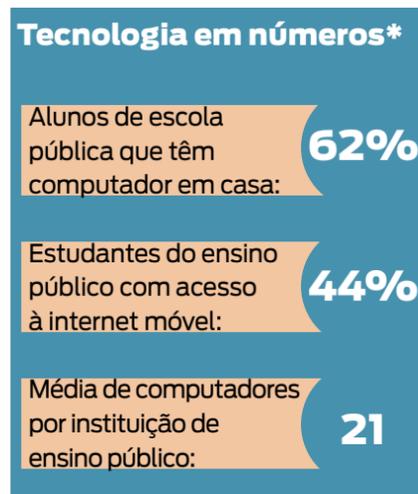


A informática ajuda os estudantes a ver e entender assuntos que antes só podiam ser imaginados

em sala de aula possibilita uma maior interação do estudante com o assunto que está sendo analisado, tornando-se um grande aliado do professor. “Hoje, é possível ver o que antes só se podia imaginar: uma célula, a Terra vista do espaço, experimentos químicos, personagens da história...”, explica a professora Renata Beduschi de Souza, graduada em letras e especialista em estudos da linguagem, que dá aulas para primeira infância, ensino médio e curso de inglês para adultos. “Meus alunos ficam muito mais entusiasmados com as aulas quando trabalhamos com a lousa interativa. A brincadeira se torna séria, e o aprendizado, muito mais divertido”, afirma ela, que utiliza vários recursos oferecidos pela tecnologia.

Para propiciar aos seus estudantes acesso a pessoas que falam inglês, por exemplo, Renata recorre às redes sociais. “Converso antes com a pessoa, digo que alguns alunos meus entrarão em contato para fazer perguntas em inglês e se ela estaria disposta a participar. A maioria aceita e os alunos podem praticar o inglês com alguém que não fala português, ou seja, precisam se esforçar para ser compreendidos.” Ela também

Para levar a informática às escolas de maneira adequada é preciso primeiro ter clareza dos objetivos e dos recursos necessários



* Comitê Gestor da Internet no Brasil - 2012

utiliza uma rede social para dar dicas de inglês. “Tenho uma página da web na qual compartilho curiosidades e tópicos considerados difíceis para os estudantes brasileiros de inglês. Na medida em que o aluno lê e se identifica com aquilo, aprende, dá palpites e opiniões a respeito”, diz Renata.

VENCENDO O MEDO

Mas, mesmo nos dias de hoje, muitos docentes olham a tecnologia com desconfiança. “Ainda há uma certa resistência dos professores à adoção da infor-

mática”, afirma o professor e secretário municipal de educação de São José dos Campos, Célio da Silva Chaves. “Não por falta de interesse e de reconhecimento da importância do uso da tecnologia na sala de aula e no processo educacional, mas por causa da ausência de infraestrutura, suporte, capacitação e apoio adequado. Isso gera insegurança e desmotivação dos professores.” Segundo ele, ainda hoje são raros os exemplos de projetos que buscam a capacitação e apoio ao educador. “O que mais se vê é uma inclusão tecnológica falha, cujo principal resultado é encher a escola de equipamentos”, lamenta Chaves.

De acordo com o secretário de São José dos Campos, para levar a informática às escolas de maneira adequada, é preciso primeiro ter clareza dos objetivos e dos recursos materiais e financeiros necessários além de conhecimento profundo do projeto de tecnologia que se quer implantar e de suas possibilidades e limites por parte da equipe dirigente. Em segundo lugar, é necessária a participação democrática de todo o corpo docente no projeto, mostrando aos professores o que é factível e possível, transformando-os em mais um agente



Célio Chaves, de São José dos Campos: faltam projetos de capacitação

CLAUDIOCARLUCHO

QUALIFICAÇÃO ON-LINE

A fabricante de processadores Intel percebeu essa imensa necessidade por parte dos professores e lançou, há 13 anos, o projeto Educar, que já ofereceu treinamento a mais de 25 mil educadores em todo o país. São cursos on-line ou presenciais, todos gratuitos, e oferecidos em parceria com os governos estaduais e municipais, ou acessados diretamente no site Intel.com/educacao. Entre os temas estão aprendizagem baseada em projetos, colaboração na sala de aula digital e o workshop Fórum de Liderança, destinado aos gestores educacionais que querem aprender a utilizar a tecnologia como forma de aprendizado. “Mais importante do que ter tecnologia na sala de aula é saber que tecnologia usar, ter planejamento, sistema de avaliação e medição”, lembra Fernanda Sato, Gerente de Educação da Intel Brasil.

Já a empresa de programas Microsoft

criou uma rede social destinada a conectar professores do mundo inteiro. A PIL Network (www.pil-network.com), que faz parte da iniciativa Parceiros na Aprendizagem, reúne professores e gestores de 114 países, sendo 7 mil deles só do Brasil, e oferece conteúdos em 35 idiomas. Ela permite que os educadores troquem experiências de uso da tecnologia na sala de aula em vários países, além de oferecer ferramentas gratuitas, como o software para a criação de ilustrações e games educativos Kodu, o programa para o aprendizado do inglês English with Leo e o Project Tuva, destinado a tornar as aulas de física mais atraentes. “Além de compartilhar conhecimento, os professores aprendem a transmitir o conteúdo de uma forma mais atraente e que tem a ver com a realidade do aluno”, destaca Adriana Pettengill, gerente de programas educacionais da Microsoft Brasil.



Adriana: os professores podem transmitir o conteúdo de forma mais atraente

RODRIGODINISO/FRAME

entusiasmado e que acredita na utilização da tecnologia. Em seguida, trabalhar de forma gradativa na capacitação, simular e criar ambientes semelhantes àqueles em que os professores irão atuar, explorando todos os recursos e diferentes variáveis de um cotidiano de sala de aula. “Deste modo, o educador se sente seguro e pode utilizar as tecnologias de forma natural, vencendo o medo do desconhecido e a resistência emocional que todo ser humano tem do novo. Somente assim ele terá condições de lidar com as gerações que já nasceram em um mundo digital”, avalia Chaves.

FALTA PREPARO

Se bem aplicada e implementada com foco pedagógico, segundo Chaves, a tecnologia irá colaborar não somente com a satisfação do aluno (por ser um ambiente e ter recursos já de seu conhecimento), mas, principalmente, com a nova perspectiva que se abre também para o professor, permitindo que ambos possam utilizá-la de forma eficaz. “Isso

possibilita maior interesse e satisfação, tanto do aluno quanto do professor”, resume.

“Um dos maiores desafios para a adoção de novas tecnologias na escola é o preparo do professor. Se ele não receber orientação e formação adequadas, o uso das novas tecnologias pode limitar-se a mero passatempo ou parafernália sem significados”, alerta Wanderlucy Czeszak, professora do curso de pós-graduação Inovação em Tecnologias Educacionais, da Universidade Anhembi Morumbi, e que possui mestrado e doutorado pela USP na área de educação. “O professor muitas vezes já tem uma carga diária de trabalho elevada, não lhe restando tempo para se atualizar de maneira apropriada. É preciso que ele conheça experiências de sucesso e tenha a oportunidade de experimentar e interagir com seus pares, por meio de orientação, apoio e incentivo de toda ordem, incluindo o financeiro.”

Segundo a especialista, não se pode esperar que o professor seja o responsá-

vel pela mudança do cenário educacional brasileiro. “Ainda que ações isoladas possam provocar algumas transformações, o professor precisa do apoio de todo o sistema para atuar de maneira plena em mudanças necessárias na estrutura escolar”, explica. “É necessária toda uma transformação política que sustente e apoie o trabalho do professor, seja por meio de disponibilização de materiais, seja por meio da oferta aos professores de qualificação para o uso pedagógico das novas tecnologias.” Em sua opinião, cursos de formação continuada devem ser acessíveis aos professores, seja a distância, seja presencialmente, para que possam se manter atualizados e interagir com seus pares. “Há hoje diversas possibilidades de desenvolvimento de propostas bastante interessantes de formação continuada em redes sociais, inclusive. A vantagem das propostas de formação por meio da internet é que o professor pode participar quando e da forma que lhe for mais conveniente”, afirma Wanderlucy.

Ideias para o futuro

Nas próximas páginas, você vai conhecer alguns exemplos de projetos, fóruns e trabalhos que deram certo em suas regiões e que podem servir de inspiração para educadores, dirigentes e agentes da sociedade que atuam em todo o país.



Com o novo estilo de convivência, os alunos têm contato com diferentes fontes de saber

Uma nova convivência nas escolas

As comunidades de aprendizagem privilegiam a gestão democrática e o consenso entre professores, funcionários, pais e alunos

LUCIANA ALVAREZ

“Não é projeto, não é programa”, avisa Ana Thereza Cardoso, diretora do departamento pedagógico da secretaria da Educação de São Carlos. “É um estilo de convivência dentro da escola.” Para Ana, é isso que significa o fato de a escola Antonio Stella Moruzzi ser uma Comunidade de Aprendizagem, e como o próprio nome diz, a ideia só funciona com a participação efetiva da sociedade. “Todas as pessoas têm saberes a oferecer. Quanto

mais contatos os alunos tiverem com diferentes fontes de saber, mais vão aprender”, afirma Ana, que trabalhou como diretora da escola até março de 2014 e acompanhou todo o processo.

Numa comunidade de aprendizagem, a gestão é democrática: tudo passa por uma discussão e é preciso haver consenso, mesmo na escolha por aderir ou não ao modelo. Primeiro ocorre uma sensibilização dos professores e funcionários. Se o grupo estiver de acordo, as

famílias também passam pelo processo de sensibilização. A mudança na escola Antonio Stella Moruzzi foi iniciada há 10 anos como sugestão da professora Roseli Rodrigues de Mello, da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), que trouxe para o Brasil um modelo criado na Espanha. Em 2013, o livro *Comunidades de Aprendizagem*, no qual Roseli conta a experiência de São Carlos, ganhou prêmio Jabuti.

AVALIAÇÃO CONTÍNUA

Um dos momentos mais importantes -- e belos -- da instituição de uma comunidade de aprendizagem é quando as pessoas são convidadas a falar sobre o que gostariam de ver na escola. “Uma aluna disse que o sonho dela era ter uma piscina com golfinhos no pátio. Todos os sonhos são válidos. Mas as comissões elegem as prioridades, em relação ao que vai ter impacto mais direto sobre o aprendizado”, afirma Ana Thereza. As comissões são mistas, incluem professores, pais e às vezes alunos, e divididas por temas. Depois de estabelecer as prioridades, os grupos pensam em estratégias para alcançá-las, transformando o planejamento escolar em um processo coletivo. Depois vem a consolidação da proposta: todos refletem sobre as mudanças empreendidas, há a formação constante de agentes educativos e a avaliação contínua do trabalho que está sendo feito.

Sempre com base no diálogo, as comunidades de aprendizagem realizam as chamadas “atividades de êxito”. Na programação estão os grupos interativos, em que, uma vez por semana, voluntários de áreas variadas orientam os alunos a realizar atividades diferentes. “As turmas são divididas, em geral, em cinco. Nesse momento o professor é apenas um organizador, não fica dando explicações. O responsável pode ser uma mãe, um pai, ou um aluno de uma série mais avançada”, explica Ana.



Na Tertúlia das Artes as crianças observam quadros famosos e depois também pintam

Outra atividade de êxito são as tertúlias literárias, nas quais os alunos leem trechos de obras clássicas. Quando eles se reúnem, colocam suas questões a respeito do que leram e dão suas interpretações. “Não é somente a interpretação linear e solitária do texto, mas dialogada: várias pessoas dizendo o que aprendem daquilo e trocando conhecimentos, ampliando a visão de mundo”, conta Roseli.

Também é indispensável em uma comunidade de aprendizagem a biblioteca tutorada, que permite que o conhecimento fique disponível em todos os horários, como nas trocas de turno e hora do almoço.

Além da escola Moruzzi, o EJA (Educação de Jovens e Adultos) da escola Arthur Natalino Deriggi também se tornou uma comunidade de aprendizagem em São Carlos. “Há outras escolas que optaram por aderir só às atividades de êxito, sem ser uma comunidade de aprendizagem em todos os aspectos, sem ter as comissões”, explica Ana Thereza. Na avaliação da ex-diretora, se tornar uma comunidade só trouxe vantagens ao colégio. “Os alunos têm um aprendizado mais organizado. Também melhoraram os hábitos e atitudes: passaram a respeitar mais os colegas”, diz. Na Escola Antonio Stella Moruzzi, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica cresceu de 4,8, em 2005 para 5,8 em 2011, chegando próximo da meta de 6 estabelecida pelo governo federal. “A chave é a comunidade decidindo na escola”, afirma a pesquisadora.

Vantagens em números*

Ideb: 5,8 em 2011 contra 4,8 em 2005.

Alunos do 5º ano na escola que aprenderam o adequado em português: 56%

Alunos do 5º ano no Brasil que aprenderam o adequado em português: 37%

97% de participação na Prova Brasil em 2011.

São Carlos

*Dados do Ideb 2011



Fonte: Inep/MEC

As bases para uma educação de qualidade

Medidas práticas, como elaboração de um plano de carreira e a confecção de um PME, têm impacto positivo nos resultados

LUCIANA ALVAREZ

Melhorar a gestão da secretaria, montar um plano de carreira para o magistério, elaborar um Plano Municipal de Educação, instituir um Observatório Educacional... Desde 2009 o município do Guarujá adotou uma série de medidas consideradas burocráticas, mas sempre com um objetivo bem definido: melhorar a educação oferecida na cidade. “Toda nossa ação é focada no pedagógico. Queremos crianças atendidas com qualidade”, afirma Rejane Emílio, assessora estratégica da pasta. “Por isso, não podemos esquecer do que vem antes da prática efetiva do profes-

sor, de toda a discussão que ocorre fora da sala de aula.”

Uma das primeiras medidas para promover as melhorias desejadas foi criar um plano de carreira para os docentes. A cidade até possuía um, mas era de 1988 e na prática não oferecia perspectivas de evolução. Hoje, todos os professores da rede têm a possibilidade de promoção horizontal a cada sete anos. Também foram instituídas a promoção por títulos, que podem ser apresentados a cada três anos, e por mérito, com base em uma avaliação anual de desempenho. “No começo, as pessoas nem acreditavam que o

plano de carreira seria concretizado. Só quando viram o documento publicado, os professores começaram a se manifestar”, conta Rejane. Para atender a demandas da categoria, o plano já passou por duas pequenas revisões.

Segundo a assessora, a valorização da carreira docente começou a mostrar seus impactos. “A primeira mudança foi trazer os professores para a discussão, fazê-los refletir sobre o que é um bom docente, como deve ser a carreira. Na prática, tivemos muitos deles buscando cursos de pós-graduação. Como os primeiros aumentos referentes à titulação aconteceram este ano, acredito que a partir de agora o impacto vai ser exponencial”, afirma. Professores mais satisfeitos, que têm seus esforços reconhecidos, lutam ainda mais para fazer um trabalho melhor dentro de sala de aula.

Outra mudança trazida pelo plano de carreira interferiu especificamente na dinâmica das creches, com a criação de um cargo com exigência de formação pedagógica. “Desde 1996 as creches fazem parte da educação, mas não havia essa exigência para a contratação dos profissionais que iriam atuar com as crianças dessa faixa etária. Havia até profissionais analfabetos atuando. Trazer o profissional com magistério provocou discussão, e a rede está absorvendo a mudança”, afirma Rejane, que reconhece que, para



Uma das ações foi criar um cargo de ADIs (auxiliares de desenvolvimento infantil) com formação pedagógica nas creches

a gestão da secretaria, esse ponto acabou gerando problemas. “Mas o movimento é positivo. Levantamos uma questão que estava adormecida. Estamos vendo Pajens buscarem formação pedagógica com o curso superior.”

Após o primeiro passo, a criação do plano de carreira, a secretaria decidiu elaborar o Plano Municipal de Educação (PME). Nessa fase, porém, os funcionários perceberam que a própria secretaria não conhecia a rede. “A informação estava na cabeça das pessoas. Muitas coisas eram um mistério. Os poucos dados disponíveis não eram confiáveis, pois não haviam sido apurados com rigor”, lembra-se Rejane.

Segundo a assessora, outro problema encontrado na elaboração do PME foi a descrença de muitos dos envolvidos. “As pessoas questionavam se não seria mais um papel sem efeito, como aconteceu com o Plano Nacional, que expirou sem ter resultados. Elas perguntavam quem garantiria que seria aplicado, e o que aconteceria se a administração fosse trocada”, conta Rejane. Para ter certeza de que o município nunca mais ficaria sem dados confiáveis e para fiscalizar o cumprimento das metas do PME, foi incluída no próprio documento a criação, na estrutura da secretaria de Educação, de um Observatório Educacional. Ele passou a

operar em agosto de 2013, tendo como princípio básico o monitoramento constante da gestão da educação, para garantir que as informações cheguem a tempo na hora das tomadas de decisões e possibilitar a realização das correções.

Para que o Observatório pudesse atuar junto às unidades escolares, foi desenvolvida uma ferramenta que sistematiza as ações locais. Dessa maneira é possível uma reflexão sobre os resultados alcançados em cada unidade. Todos os membros das equipes gestoras das escolas e todos os supervisores de ensino estão envolvidos no processo.

Apesar de recente, a secretaria já consegue perceber os resultados da implantação do Observatório, como a integração entre os setores da pasta, o despertar do interesse de todos em conhecer mais profundamente as metas do PME e, principalmente, a definição da responsabilidade de cada agente na execução das metas. “Acreditamos que a prática de monitoramento constante, aliada à reflexão sobre os resultados e a consequente formulação e reformulação de planos educacionais, colocarão a educação do Guarujá em condições de atender às demandas sociais e contribuir para o desenvolvimento econômico do município nos próximos anos”, afirma Rejane.



Valorizar o trabalho dos educadores tem reflexos no aprendizado dos alunos

Números do avanço*

90% dos professores (5ª a 9ª séries) participaram de cursos de formação continuada.

92% dos professores têm plena confiança nos diretores das escolas.

63% dos projetos pedagógicos das escolas foram desenvolvidos em uma parceria entre professores e diretores.

Guarujá

* Dados de 2011



Fonte: Inep/MEC

Formação para uma vida real

Professores saúdam com entusiasmo cursos e oficinas voltados para uma ação mais prática

LUCIANA ALVAREZ

Um inovador projeto de formação continuada, iniciado há 8 anos em Birigui, tem se mostrado bem-sucedido ao privilegiar a prática cotidiana dos professores e propor uma reflexão sobre os desafios reais enfrentados por eles. Pautado no diálogo, o programa “Birigui, um município que aprende”, atrai voluntariamente a cada curso ou oficina 80% do corpo docente.

Os números são eloquentes: o município de Birigui conta com 32 unidades de ensino, entre creches, escolas e pré-escolas, e tem cerca de 800 funcionários na educação. Em 2011, o Ideb da rede

municipal alcançou 6,3, nota acima de sua meta para o ano, que era de 6,0. Seis anos antes, em 2005, o Ideb de Birigui era de 5,4. Na última Provinha Brasil, nenhuma das escolas ficou abaixo do nível 4 em leitura, apenas um a menos do que o nível máximo.

Além de um bom resultado nas avaliações externas, a secretária de Educação da cidade, Sônia Regina Guaraldo, ressalta o entusiasmo dos docentes com o programa como um dos resultados mais evidentes da melhoria que ele vem promovendo. “A fala dos professores sobre a formação revela sempre muita satisfa-

Alunos na sala de aula. Na última Provinha Brasil nenhuma escola ficou abaixo do nível 4 em leitura



Os cursos e oficinas são voltados para os problemas específicos da cidade



O professor organiza e aprova as sequências didáticas

ção, porque eles conseguem uma resposta efetiva para suas angústias e dificuldades”, afirma.

No entendimento da secretária, a formação era excessivamente teórica e, desse modo, estava se mostrando inócua. “Saímos de algo genérico, de palestras para grandes turmas, e partimos para cursos e oficinas voltadas àquilo que é específico da nossa realidade, para uma ação prática”, explica Sônia Regina. “O projeto todo tem sido um caminhar, que é modificado na medida da necessidade.”

Para os docentes e gestores da rede, além de ter a oportunidade de aprimorar suas práticas pedagógicas, passar pela formação ajuda a avançar na carreira. A cada ano, a participação gera um certificado. Ao fim de cinco anos, o professor pode alcançar um novo patamar no plano de carreira e obter um aumento salarial. “Sempre lembrando que a carreira é um conjunto de fatores. A formação está atrelada também aos resultados da escola”, afirma Sônia.

O formato atual do programa busca o fortalecimento da autonomia de escolas e educadores, mas de forma que eles se mantenham conectados em uma rede maior de construção de conhecimento. As oficinas e cursos oferecidos na secretaria de Educação estão sempre relacionados com os momentos coletivos de formação que acontecem nas escolas e com as questões desenvolvidas entre os professores e seus coordenadores pedagógicos. Assim, os docentes têm espaço para trabalhar com suas realidades específicas, mas sem ficar isolados.

Números eloquentes

Unidades de ensino (creches, escolas e pré-escolas): **32**

Funcionários: **800**

Ideb: **6,3** em 2011 contra **5,4** em 2005

Provinha Brasil: todas as escolas **acima do nível 4** em leitura.

Birigui



Fonte: Inep/MEC

ETAPAS

Atualmente, a formação continuada em Birigui começa com encontros externos, durante os quais são trabalhados aspectos teóricos a partir de necessidades detectadas nas escolas da rede municipal. “Levantamos as dificuldades de nossos alunos, apontadas pelas escolas e professores e pelos resultados nas provas. Depois pensamos essas questões em relação ao plano de ensino a ser trabalhado”, diz Sônia. Após os encontros temáticos na sede da secretaria, cada escola desenvolve estudos em seus HTPCs (horário de trabalho coletivo pedagógico), aprofundando as discussões, levando em conta os aspectos específicos de cada unidade.

A partir desses dois momentos de reflexão e munido com os conceitos necessários, cada professor organiza as sequências didáticas que irá passar a seus alunos. No entanto, as propostas são sempre discutidas na escola antes da aplicação. Às vezes, os questionamentos

voltam até a equipe externa de formação. Só depois desse processo de “amadurecimento”, as sequências didáticas são levadas aos alunos.

Muitas dessas práticas são filmadas para promover novas discussões e melhorias no processo de ensino-aprendizagem. A análise das gravações serve, em alguns casos, para sugerir mudanças pontuais na forma de intervenção do docente; em outros, para reflexões mais amplas. No encerramento do ciclo de formação, as imagens são apresentadas à secretaria e discutidas com a rede de professores. As filmagens de 2012 foram usadas como base para o livro *Ação e Reflexão na Formação Docente: a experiência do município de Birigui*, de Ana Ruth Starepravo, lançado no ano passado. Segundo Sônia, o registro das experiências também é um ponto importante e bastante incentivado pela secretaria de Educação, pois é uma forma de possibilitar a expansão das boas práticas.

Sônia ressalta que não se trata de “treinar” ações para sala de aula, nem engessar a atuação do docente. “Enxergamos o professor como um construtor do conhecimento. Não pensamos em reproduzir práticas, mas em refletir e criar.” Dessa maneira, o município busca ser protagonista nas práticas educativas em todas as esferas. “Somos signatários do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa. Mas pegamos o planejamento articulado e fizemos as adaptações. Há sempre uma reflexão. Não adiantaria simplesmente organizar um curso usando o material do MEC e só reproduzi-lo por aqui”, afirma Sônia.

As várias funções da escrita

Partindo de um tema curioso, professora desenvolve projeto que entusiasmou os alunos

LUCIANA ALVAREZ

Crianças na agência dos Correios. Na volta, elas narraram a experiência aos colegas



FOTODIVULGAÇÃO

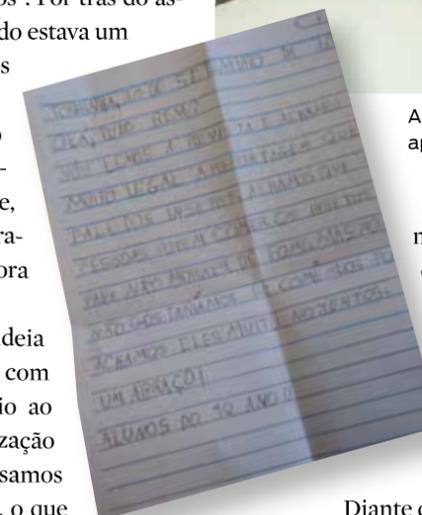
Há 18 anos trabalhando como professora no pequeno município de Torrinha, na região de Rio Claro, que possui 9 mil habitantes, Selma Sandra Giacomelli Nucci desenvolveu no ano passado um projeto que motivou como nunca seus alunos do 1º ano do ensino fundamental da EMEIEF João Seber. O tema era “populações que se alimentam de insetos”. Por trás do assunto curioso e divertido estava um trabalho sério sobre os gêneros de texto. Os alunos descobriram o conteúdo da reportagem de uma revista e, em conjunto, elaboraram uma carta à editora da publicação.

Selma conta que a ideia para o projeto veio com a adesão do município ao Pacto para Alfabetização na Idade Certa. “Passamos a fazer parte do Pacto, o que implica uma valorização da língua portuguesa. Com base nas diretrizes dele, pensei em formas interessantes de trabalhar”, relata a professora. Ao ler uma reportagem de uma revista educacional chamada “Insetos à mesa – por que eles poderiam nos ajudar a vencer a fome no mundo”, Selma decidiu levar o texto para sua turma. “Já tinha uma ideia ampla do que fazer, mas primeiro apresentei à classe. Queria ver se havia interesse, para depois seguir em frente. Se não, seria uma atividade de um dia só”, explica.

A turma ficou logo impressionada com as informações. Primeiro, a professora mostrou as fotos e leu trechos da história, que era bastante longa. Eles decidiram focar o trabalho na formiga icá. “Para a maioria das crianças era uma novidade. Elas não sabiam que era possível comer insetos. Outros relataram que seus pais já haviam falado sobre isso”, lembra a professora. “Causou um pouco de repulsa,



Antes de mandar a carta para a editora da revista, os pequenos aprenderam a preencher o envelope de maneira correta



mas também muita curiosidade.” Como complementação, as crianças foram procurar no globo os países citados na reportagem.

Diante do entusiasmo, Selma decidiu prosseguir com o projeto e explicar para a classe que a revista tinha uma seção de cartas de leitores, e que eles também poderiam mandar uma carta. O conteúdo foi formulado coletivamente

e, depois das correções, um dos alunos copiou o texto da lousa para o papel, respeitando os critérios para uma carta: data, cumprimento, assunto e despedida.

Em seguida, os alunos aprenderam sobre o preenchimento do envelope de uma carta. Alguns dos estudantes foram escolhidos para ir até a agência dos Correios para enviar o trabalho da turma. Na volta, narraram a experiência aos colegas. “Eles participaram da atividade do começo ao fim. Muitos dos alunos nunca tinham ido aos Correios”, afirma Selma.

Após alguns dias, a turma recebeu uma resposta da editora responsável pela revista. “Foi ainda mais rico porque ela escreveu de próprio punho, não foi uma resposta padrão ou digitada no computador”, diz a professora. O texto das crianças de Torrinha acabou publicado na seção de cartas da revista no mês seguinte. Eles também ganharam da revista três livros com o tema alimentação.

Ao descobrir a função da leitura e da escrita em seus diversos gêneros, em situações reais, os alunos conseguiram um aproveitamento excelente, avalia a professora. Selma garante que a partir de agora desenvolverá projetos semelhantes a esse todos os anos. “A aprendizagem se torna bem significativa. Com isso, 80% da turma terminou o ano já alfabetizada”, comemora.

Bons Resultados*

Taxa de alunos aprovados na escola no 1º ano: **100%**

Distorção idade-série: **1%**

Porcentagem de alunos alfabetizados no 1º ano: **80%**

Número de funcionários: **29**

Número de alunos na escola (creche, pré-escola, ensino fundamental): **342**

Torrinha

*Dados do Inep 2011



Fonte: Inep/MEC

Primeira infância em primeiro lugar

Trabalho em creches que envolve múltiplas frentes mostra a importância desta fase no desenvolvimento das crianças

LUCIANA ALVAREZ

Desde 2010, a prefeitura de **Votuporanga**, município de 94 mil habitantes na região de São José do Rio Preto, passou a dar prioridade ao desenvolvimento das crianças de 0 a 3 anos, as que estão na chamada “primeira infância”. O trabalho, que envolve múltiplas frentes, vai da conscientização das famílias sobre a importância dessa fase, à abertura de vagas em creches. Hoje, elas atendem 65% do total de crianças dessa faixa etária na cidade. “E estamos construindo mais quatro creches. Nosso objetivo é poder atender também os 35% restantes”, afirma **Silvia Cristina Rodolfo**, secretária da Educação.

Tudo começou quando dirigentes municipais conheceram

representantes da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que trabalha com temas da primeira infância e firmaram uma parceria. O Centro Universitário de **Votuporanga** (Unifev) embarcou na ideia, assim como as secretarias da Saúde e Assistência Social. “A primeira infância não é uma preocupação só da educação, é um trabalho em conjunto”, explica **Silvia**. “Por exemplo, quando ficamos sabendo que a mãe de uma criança da creche está grávida de novo, encaminhamos para o pré-natal. Queremos atender as famílias e as crianças desde a gestação.”

Dentro das creches, o trabalho começou com a formação de todos os funcionários, professores e diretores. Eles puderam

Atividades ao ar livre com as famílias. Brincar estimula a criação de vínculos dos pequenos com os pais



FOTOS DIVULGAÇÃO/SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO DE VOTUPORANGA

aprender sobre a importância da primeira infância e descobrir como lidar com as crianças. “Claro que o foco principal foram os professores, que atuam diretamente com as crianças. Demos cursos para que aprendessem a aproveitar as brincadeiras e os recursos da brinquedoteca”, explica a secretária. A valorização dessas atividades decorre da comprovação científica de que brincar traz desenvolvimento intelectual, emocional e social da criança. A Unifev colaborou enviando profissionais de enfermagem e fisioterapia às creches para trabalhar formas de estímulo com os pequenos.

Silvia reconhece que investir na primeira infância é caro e que os seus reflexos na qualidade educacional demoram a aparecer. Mas garante que vale cada centavo. “Se todos prestassem atenção a essa etapa hoje, teríamos resultados melhores no futuro”, analisa. Por enquanto, a secretária acredita que a principal melhoria é ver a conscientização das famílias e dos profissionais da saúde e da educação. “Em 2011 a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal fez uma avaliação e considerou os esforços muito positivos. Em 2015 passaremos por uma nova rodada”, relata.

POR TODA PARTE

As iniciativas para o desenvolvimento infantil em **Votuporanga** vão além das creches. “Para atingir os objetivos, precisamos conscientizar as famílias sobre a importância do desenvolvimento das crianças e da criação de vínculos”, afirma **Silvia**. Tendo esse princípio como base, foi criado o evento anual chamado Engatinhada. Pais com bebês de 6 a 12 meses levam os filhos numa manhã de domingo para engatinhar. “É muito lindo de ver”, diz a dirigente. “Os pais acabam descobrindo a importância de brincar com seus filhos, de deixá-los engatinhar.”

O município também aproveitou um ônibus velho para construir uma brinquedoteca móvel, batizada de **Bibi Fom Fom**,



Brinquedoteca móvel Bibi Fom Fom. Integrantes da faculdade de arquitetura transformaram o ônibus

Atenção à educação*

Creches abrigam **65%** das crianças até 3 anos

3.735 crianças matriculadas nos anos iniciais

90% dos professores possuem ensino superior

Votuporanga

*Números de 2011

aprovada por lei municipal a realização da Semana do Bebê. A intenção é promover atividades educativas, palestras e oficinas com as famílias. “As pessoas nem sempre conseguem dar a atenção que os pequenos precisam”, afirma **Silvia**. A secretaria assumiu a função de mudar essa dinâmica. “Foi difícil, mas instituímos férias nas creches, de 15 dias em janeiro e 15 em julho, porque os pais precisam reservar um tempo para criar vínculos com seus filhos.” O foco do trabalho é o desenvolvimento infantil e não a comodidade dos pais. “As creches aqui são equipamentos educacionais e não assistencialistas”, diz.

PARA TODAS AS IDADES

A partir da experiência, foram iniciados novos projetos interdisciplinares. Um deles é o programa Aprender Melhor, que trabalha com crianças com dificuldade de aprendizado. Ele abrange desde a primeira infância até o 9º ano. “Mais uma vez fizemos parcerias com a assistência social e a saúde”, comemora **Silvia**. A equipe multidisciplinar inclui fonoaudiólogos, psicopedagogos, assistentes sociais, psicólogos e terapeutas ocupacionais. “A boa aprendizagem deve ser para todos. Algumas crianças precisam de trabalhos individuais para avançar”, constata.

Fórum reúne 26 municípios para avanço coletivo

A ideia do Forpedi é construir uma proposta pedagógica que respeite a criança

LUCIANA ALVAREZ

No início de 2008, um grupo de professores de redes municipais, docentes e alunos da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e representantes da Undime-SP começou a procurar respostas para as dificuldades encontradas nas escolas públicas e a buscar um modo de lidar com o descaso de políticos e de alguns funcionários. Após de soluções práticas, decidiram criar o Fórum Regional Permanente de Educação da Infância, o Forpedi, que envolve municípios das regiões de Presidente Prudente e Presidente Epitácio. A instalação ocorreu em abril daquele ano, em um evento na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp. Atualmente, 26 municípios participam do fórum. Na avaliação de Celia Maria Guimarães, professora do departamento de educação da Unesp e uma das fundadoras do Forpedi, o trabalho em conjunto é uma necessidade. “Não podemos estar em cada município. E assim há troca de ideias”, afirma.

O trabalho foi evoluindo ano a ano. Em 2009, em parceria com a Undime-SP, o Forpedi realizou um levantamento do Perfil das Redes Municipais e promoveu



Participantes do Fórum: o foco é criar uma política pública de formação de profissionais

um fórum de discussão sobre as concepções de currículo. No ano seguinte, os esforços se concentraram na organização dos dados coletados para promover um trabalho voltado às necessidades apontadas pelos municípios. Detectadas as preocupações das redes, o Forpedi iniciou, em março de 2011, um projeto de formação continuada chamado de Creche em Foco. Segundo Celia, a opção pela educação na primeira infância (de 0 a 3 anos) teve como motivo os resultados das avaliações e reflexões realizadas com os responsáveis pela gestão nos municípios envolvidos, que apontaram a necessidade de uma atenção sistemática à creche.

A proposta é desenvolver uma política pública de formação dos profissionais, para tornar o atendimento das crianças uma ação que respeite os direitos constitucionais delas e de suas famílias. O projeto prevê encontros mensais dos 58 gestores, entre diretores, supervisores, coordenadores e dirigentes dos 26 municípios. “Não é um curso, mas uma forma-

ção contínua mesmo”, diz Celia.

Para Celia, um dos principais desafios do fórum é a descontinuidade entre as diferentes administrações. “Como os dirigentes municipais mudam, é difícil manter o avanço da formação. Isso se agrava a cada troca provocada pela eleição municipal”, relata a professora. Após o pleito de 2008, estimou-se uma mudança de, no mínimo, 40% dos prefeitos no Estado de São Paulo. Em 2012, mais de 70% das prefeituras trocaram de comando, o que indica uma renovação também dos dirigentes da educação. Por isso, o trabalho do Forpedi se torna mais importante. Conforme explica Celia, independentemente de quem está no poder, ele tem como meta construir uma proposta pedagógica e curricular que respeite a criança e a especificidade do seu modo de agir, pensar, aprender e discutir. A valorização do profissional da creche, que abrange temas como estatuto, plano de carreira e condições de trabalho, também está na pauta de discussões.

Fórum permanente

Início dos trabalhos: 2008

Número de municípios participantes: 26

Gestores reunidos todos os meses: 58

Forpedi

26 municípios da região de Presidente Epitácio e Presidente Prudente



Fonte: Inep/MEC

Alunos exploradores do mundo

Ao trabalhar com um tema simples, animais de jardim, as professoras abordaram uma grande variedade de conteúdos

LUCIANA ALVAREZ

Tudo começou com a curiosidade infantil. Quando iam brincar no pátio do Núcleo de Educação Pré-Escolar (Nepe) de Descalvado, município de 31 mil habitantes na região de São Carlos, os alunos observavam os bichinhos: formigas, borboletas, besouros, joaninhas, minhocas... Aproveitando as perguntas que as crianças faziam, as professoras organizaram um projeto batizado de “Animais de jardim”.

“Temos na escola um grande quintal. E como moramos em uma cidade pequena, há muitas áreas verdes por perto”, conta a professora Adriana Bueno, uma das realizadoras do projeto. Três turmas do Nepe participaram integralmente da proposta em 2013. Várias outras turmas e classes de outras escolas também aderiram a algumas partes da investigação.

“Éramos oito professoras envolvidas. Deu tudo certo porque trabalhamos juntas faz tempo e nos organizamos bem”,

relata Adriana. Para a professora, o envolvimento de diversas classes foi produtivo. “O trabalho que uma turma fazia era complementado pela outra. As crianças se ouviam, discutiam e ficavam mais motivadas para continuar investigando.”

Ao trabalhar com os animais de jardim, as professoras conseguiram abordar uma grande variedade de conteúdos de forma contextualizada e conectada. “O conhecimento adquire mais valor para os alunos. Sem isso, esse aprendizado seria possível, mas de forma mais mecânica”, avalia Adriana. O projeto começou com a observação dos animais encontrados, passando pelas fases de registro de características (tamanho, número de patas, presença de asas, etc.), separação por categorias e pesquisa sobre eles em diversas fontes: livros, revistas, internet e até entrevistas com o jardineiro.

Para conseguir realizar uma proposta tão ampla, as professoras precisaram de

apoio. “Contamos com bastante assistência por parte da escola e da secretaria da Educação para conseguir materiais como lupas e luvas. Também tivemos um ônibus à disposição para ir a outros lugares da cidade”, conta a professora.

Um dos pontos bem explorados pelo projeto foi o meio ambiente. As crianças aprenderam a importância dos seres vivos e das plantas. Elas também aprenderam questões práticas, como os cuidados que devem tomar com insetos, como as aranhas, e o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue.

Para encerrar os trabalhos, as crianças prepararam uma exposição com desenhos e esculturas em massinha dos animais estudados e explicações sobre a pesquisa. “Acabou se tornando quase uma feira de ciências. O resultado foi melhor do que imaginamos. E o interessante é que foi bem espontâneo, que surgiu da experiência deles”, diz Adriana.

Os exploradores

Público-alvo: crianças de 5 e 6 anos.

Objetivos: ampliar a capacidade de pesquisa; observação e comunicação; registro; e percepção do conhecimento científico.

Conteúdos: reflexão sobre a linguagem escrita; práticas de leitura e escrita; animais vertebrados e invertebrados.

Descalvado



Os alunos examinaram as espécies e fizeram o registro das características

Fonte: Inep/MEC

REPRESENTANTES DA UNDIME-SP

Agenda Territorial do EJA – **Ademar Zambrini**
– DME de Rancharia

Avaliação da Educação Básica (INEP e SAEB)

– **Sonia Regina Guaraldo** – DME de Birigui

Comitê PNAIC e PACTO – **Rute Maria Pozzi**

Casati – DME de Descalvado

Conselho Escolar – **Daniel Gomes** – Técnico de Santos

Coordenação do Núcleo de Educação

Indígena (NEI) - **Ivan de Carvalho** – DME de

Bertioga

Gestão Escolar – Comitê de Avaliação –

Maria Cristina de O. C. Prado – DME de

Batatais

Mais Educação – **João Roberto Costa de**

Souza – DME de Jacareí

Olimpíadas da Língua Portuguesa (OBMEP)

– **Rosa Laura G. Calacina** – DME de Dois

Córregos

PARFOR Estadual – **Priscilla Maria Bonini**

Ribeiro – DME de Guarujá

PROINFO - **Cláudia Cristina dos Santos**

Rodrigues – DME de Guaraçai

Antonio Carlos – Técnico de São José dos

Campos

Plano Municipal de Educação (PME) –

Marialba da Glória Garcia Carneiro – DME de

Pereira Barreto

Projeto Trilhas – **Rosângela Ceron do Valle P.**

Polidoro – DME de Tabapuã

Pronatec – **Maria das Graças Daemon** – DME

de Taquarituba

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

– **João Roberto Costa de Souza** - DME de

Jacareí

COMISSÃO FUNDEB

Moacir Souza – DME de Guarulhos

Silvia Cristina Rodolfo – DME de

Votuporanga

Aparecido Donizete A. Cipriano – DME de

Barretos

COMISSÃO PNE (REGIÃO SUDESTE)

Célia Maria Monti Viam – DME de Socorro

Rita de Cássia Trasferetti – DME de

Indaiatuba

FORUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONAE)

João Medeiros de Sá Filho – DME de Taboão

da Serra

Rejane Maria Emilio – Técnica de Guarujá

Célia Gonçalves S. Souza – Técnica de

Guarujá

ADMINISTRATIVA PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Luciano Correa dos Santos – DME de

Americana

Heloisa Maria Cunha do Carmo – DME de

Rio Claro

Aparecida da Graça Carlos – DME de

Carapicuíba

COMISSÃO EDUCAÇÃO INFANTIL

Marialba da Glória Garcia Carneiro – DME de

Pereira Barreto

Aparecido Donizete Alves Cipriano – DME

de Barretos

Luís Miguel Garcia – DME de Sud Mennucci

Cláudia Cristina dos Santos Rodrigues –

DME de Guaraçai

Telma Antônia Marques Vieira – DME de

São José do Rio Preto

ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

Helena Maria Pelaio de Lima – DME de

Rubineia

Maria das Graças Daemon – DME de

Taquarituba

Silvia Cristina Rodolfo – DME de

Votuporanga

Rosa Laura Garcia Calacina – DME de Dois

Córregos

Marialba da Glória Garcia Carneiro – DME de

Pereira Barreto

Valdir de Carli – DME de Iacanga

COMISSÃO PEDAGÓGICA

João Roberto Costa de Souza – DME de

Jacareí

João Medeiros de Sá Filho – DME de Taboão

da Serra

Rosa Laura Garcia Calacina – DME de Dois

Córregos

Celia Maria Monti Viam Rocha – DME de

Socorro

PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO

Ademar Zambrini – DME de Rancharia

Aparecida da Graça Carlos – DME de

Carapicuíba

Fábio Oliveira Inácio – DME de Cubatão

Rosângela Ceron do Valle Polidoro – DME

de Tabapuã

Nadir Assalin – DME de Capivari

Luciene Garcia Ferreira e Silva – DME de

Tarumã

REORGANIZAÇÃO DO CICLO ESTADUAL (6º ANO)

Eliana Antonia Duarte Bertoncello Monteiro

– DME de Olímpia

Ricardo Carvalho Costa – DME de Franco da

Rocha

Rita de Cássia Transferetti – DME de

Indaiatuba

Célia Maria Monte Viam Rocha – DME de

Socorro

Mara Suzany Romano Bergamo – DME de

Taguaí

Celso Fernando Iversen – DME de Boituva

Rosa Laura Garcia Calacina – DME de Dois

Córregos

Marialba da Glória Garcia Carneiro – DME de

Pereira Barreto

CONVÊNIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Jovana Leite de Oliveira Dognani – DME de

Fartura

Ricardo Carvalho Costa – DME de Franco da

Rocha

Ademar Zambrini – DME de Rancharia

Valdir de Carli – DME de Iacanga

Célia Maria Monte Viam Rocha – DME de

Socorro

Solange Villon Kohn Pelicer – DME de

Campinas

Marilda Cortijo – DME de Itu

Aparecido Donizete Alves Cipriano – DME

de Barretos

Fábio de Oliveira Inácio – DME de Cubatão

Vanilton Machado de Oliveira – DME de

Capela do Alto

Maria Cláudia Brondani Rabelo – DME de

Cajati

Rute Maria Pozzi Casati – DME de

Descalvado

Vânia Aparecida Páschoa Prado – DME de

Itapeva

Nathália Regina Gasparelli Herrero – DME

de Ilha Solteira

“Dirigentes Municipais: alegrem-se, valorizem-se, prestigiem-se, orgulhem-se e preocupem-se. A responsabilidade é diretamente proporcional à importância do cargo. Na educação os gestores e dirigentes podem morrer de raiva, mas jamais de tédio. A gestão escolar incentiva à responsabilidade local, pois se começa na cidade para se consertar o mundo. O verdadeiro gestor encara os problemas com foco nas soluções. Líderes promovem união e não a divisão.”

Francisco Antonio Poli – Conselheiro Estadual de Educação de São Paulo



FOTOS: BEATRIZ DE ROGATIS

“A política do Estado é para construir em conjunto. É importante essa parceria com a Undime-SP, pois nos ajuda a iniciar as ações compactuadas com os municípios. Não podemos esquecer que são milhões de crianças que devem aprender, e não tem sentido ficarmos presos a questões políticas. É preciso pensar, priorizar as crianças. Se não pensarmos nas crianças, não iremos avançar.”

Herman Jacobus Voorwald - Secretário Estadual de Educação de São Paulo



“Na Constituição as atribuições, as responsabilidades para cada ente federado, estão diferenciadas, mas os objetivos são os mesmos. Temos uma oportunidade histórica, enfrentamos a pressão social, e como gestores e educadores, nós não podemos nos desviar. É preciso aprofundar as questões com bom senso para que possamos oferecer a educação que todos nos queremos.”

Romeu Weliton Caputo – Presidente do FNDE



“A Undime-SP objetiva a união para que possamos realizar a educação de qualidade que desejamos para o nosso país. O bom líder educacional ouve a comunidade onde está inserido para potencializar o processo de ensino-aprendizagem e melhorar a educação de nossas crianças. Nossas ações como educadores devem agregar, construir e contribuir para a evolução do ser humano e, assim, devolver ao Brasil a sua dignidade civil.”

Priscilla Bonini Ribeiro – Presidente da Undime-SP



O futuro já chegou a vários lugares. Está na hora dele chegar a sua escola.

O Intel® Education Tablet foi especialmente projetado para oferecer a alunos e professores diversas ferramentas incríveis, que facilitam o ensino e criam um ambiente de aprendizagem colaborativo. Com aplicativos que despertam o interesse dos alunos e auxiliam o trabalho dos professores, o Intel® Education Tablet ajuda a turma a desenvolver as habilidades do século 21 por meio da exploração, interpretação e colaboração. Mais do que uma simples ferramenta, ele é uma revolução do ensino.



Saiba mais em www.intel.com.br/educacao e entre em contato com um de nossos especialistas.



**CADA APRENDIZADO
DO GABRIEL
É UMA SATISFAÇÃO
PESSOAL DA DAIANE,
E REALIZAR OS DOIS
É NOSSA LIÇÃO DE CASA.**

Oferecer ensino público de qualidade é o foco de nossa atuação. Nesses **15 anos** de atividade, pudemos contabilizar mais de **1.000.000 de alunos** e centenas de milhares de professores beneficiados por esse trabalho, composto por um **sistema de ensino completo**, apoiado por extenso portfólio de **novas tecnologias educacionais e soluções pedagógicas** complementares.

Para o Gabriel, tudo isso significa aprender mais, de um jeito divertido e interessante. Para a Daiane, sua mãe, significa uma luz sobre a esperança de um futuro brilhante para seu filho. E para nós, do **NAME**, representa a oportunidade de impactar com nosso trabalho também as famílias de nossos alunos e até mesmo a comunidade, criando base sólida para uma mão de obra qualificada para o mercado. E não é exatamente disso que o Gabriel, a Daiane e o Brasil precisam?

NAME
parceria em educação com resultados

15
educação é evolução